ESCOLAS EM REDE

Experiências de articulação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

SUMÁRIO

07 INTRODUÇÃO

10 O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

12 Trajetória e Metodologia

14 Critérios de seleção das escolas

16 Categorias das boas práticas educacionais

19 RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS LOCAIS

21 Educação e Saúde: benefício em mão dupla

26 Construção da Teia

30 A distância não é o único obstáculo

33 Investir no outro é preciso

37 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

44 Reflexos do Foca

47 Outras formas de participação

49 PROPOSTA CURRICULAR INOVADORA

51 Escola para todos

54 Cursos modulares, horários alternativos

61 Tutoria em ação

65 Bairro Educador

69 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

72 Transformando medo em orgulho

76 Mobilização interna e externa

77 Defender e Reformular

78 Mobilização por projetos

79 Somando forças para garantir outros direitos

83 CONCLUSÃO

84 Pontos em comum

84 Desafios

86 Caminhos possíveis

88 REFERÊNCIAS

90 ESCOLAS PARTICIPANTES DA PUBLICAÇÃO

01

INTRODUÇÃO

Aluna da EMEF Anexa ao
Educandário Dom Duarte

No aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o país assiste a um cenário que contraria veementemente seus preceitos. Entre outras graves situações de violação, milhares de jovens negros são assassinados nas periferias de todo o país[1], enquanto grande parte da população declara apoio à redução da maioridade penal, pauta em vias de aprovação no Congresso Nacional[2].

Assim, desde a sua institucionalização em 2006, poucas vezes o Sistema de Garantia dos Direitos esteve tão ameaçado, tornando urgente a necessidade de fortalecê-lo. E, para isso, uma peça fundamental é a escola. Além de promover o acesso à educação, por si só um direito fundamental, a escola é um dos poucos equipamentos nos territórios que reúne e tem a oportunidade de acompanhar permanentemente a vasta maioria de nossas crianças, adolescentes e jovens. Essa proximidade permite que a escola detecte com mais facilidade sinais de violação dos seus direitos e também suas necessidades e interesses.

1 A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Genocídio, da Câmara dos Deputados, publicou em seu parecer final os números do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus) que destacam que em 2011 houve 52 mil pessoas assassinadas no Brasil. Mais da metade dos mortos por homicídio eram jovens (53,3%), dos quais 71,44% eram negros e 93,03%, homens. Disponível em http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492785-CPI-CONCLUI-QUE-HA-%E2%80%9CGENOCIDIO-SIMBOLICO%E2%80%9D-CONTRA-JOVENS-NEGROS-NO-PAIS.html - último acesso em 17/08/2015.

2 Até a última revisão da publicação, em 17 de agosto de 2015, a proposta de Emenda Constitucional havia sido aprovada na primeira votação da Câmara dos Deputados. Para alterar a Constituição, ainda precisa passar por outra votação na Câmara e duas no Senado.

No entanto, para enfrentarmos o amplo espectro de desafios que os estudantes e suas condições de vida apresentam e garantirmos uma formação integral, o trabalho em rede é fundamental. É a partir de uma relação de confiança entre as escolas, os equipamentos do Sistema de Garantia e os demais agentes educativos, especialmente os que atuam no mesmo território, que se torna possível estabelecer estratégias integradas fundamentais para a plena garantia de direitos destes sujeitos.

Além do enfrentamento das situações de violação, a relação escola-território é essencial a uma educação integral na medida em que a cidade oferece inúmeras oportunidades educativas que estão fora dos muros da escola. Estas oportunidades, quando incorporadas ao itinerário formativo dos estudantes, fazem da aprendizagem um caminho mais rico em interações e, portanto, mais efetivo. Assim, nesta rede formada pelas escolas, equipamentos de saúde, assistência social, cultura e esporte vão se constituindo territórios educativos, em que a educação de todos e de cada um torna-se um compromisso coletivo.

Os territórios educativos ganham ainda maior adensamento e sustentabilidade quando a cidade como um todo assume-se como uma Cidade Educadora, na qual o conjunto de politicas urbanas é pensado de forma integrada, reconhecendo e fortalecendo as redes locais e as relações de confiança entre pessoas e entre elas e as instituições.

A **Cidade Escola Aprendiz** é uma OSCIP que atua na promoção da Educação Integral e no desenvolvimento de Cidades Educadoras. Para isso, estimula o debate sobre esses temas, apoia experiências comunitárias com potencial para se tornarem um território educativo e atua no desenvolvimento de políticas públicas orientadas por uma perspectiva integral da educação.

Dessa forma, a Cidade Escola Aprendiz desenvolveu, com o apoio da CCR, da Demarest Advogados e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), o projeto Escolas em Rede, a fim de identificar e divulgar práticas exitosas de 15 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de São Paulo na articulação com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Como práticas exitosas foram definidas aquelas que possibilitam a superação de situações de ameaça de violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens, assim como as que potencializam a oportunidade de promovê-los.

Formado por uma publicação e um video de mesmo nome, o *Escolas em Rede: Experiências de articulação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente* busca relatar brevemente iniciativas e percursos estabelecidos por algumas escolas, não pretendendo ser uma avaliação da política da



Alunos do Grêmio da EMEF Profº Olavo Pezzotti participam das decisões da comunidade escolar

Secretaria Municipal de Educação ou do Sistema de Garantia, nem um guia prático de como articulá-lo.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que se dispuseram a colaborar com o desenvolvimento deste material, fortalecendo ainda mais a luta pelos direitos das crianças, adolescentes e jovens não apenas na cidade de São Paulo, mas em todo o Brasil.

O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 227, proclama ser dever da família, da sociedade e do Estado "(...) assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

No Brasil, outro instrumento jurídico que fortalece a proposta de priorização da infância e da adolescência é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um marco na defesa e promoção de seus direitos. O Estatuto os reconhece como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. Além de reafirmar o que já está assegurado pela Constituição Federal, o ECA estabelece como política de atendimento "(...) um conjunto articulado de ações

governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios" e proclama ser dever de todos a prevenção à ameaça ou violação do que foi por ele estabelecido. (BRASIL, 1990, Art. 86)

Como estratégia para efetivar o que preveem estes marcos legais, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)[3] publica, em 2006, a Resolução 113, que busca integrar e articular agentes do Estado e da sociedade civil que atuam nessa perspectiva. Esse complexo organismo leva o nome de Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

De acordo com tal resolução, é de competência deste Sistema "(...) promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes (...)" (BRASIL, 2006, Art. 2).

Dessa forma, o SGDCA estrutura-se em três eixos: Defesa (formado por equipamentos como o Conselho Tutelar[4], o Ministério Público[5] e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente[6]); Promoção (do qual fazem parte escolas, Centro de Referência da Assistência Social[7]; Centro da Criança e do Adolescente[8]; Unidade Básica de Saúde[9], clubes da comunidade, Centro da Juventude, etc.); e Controle (composto por organizações como o Conanda e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente[10]).

3 O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Integra a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

4 O Conselho Tutelar (CT) é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

5 O Ministério Público (MP) é encarregado de expedir notificações, colher depoimentos, requisitar certidões, documentos, informações, requisitar a colaboração de serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência, inspecionar entidades públicas e privadas.

6 O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) é desenvolvido por organizações não governamentais que oferecem serviços de assistência jurídica, social e psicológica, variável para cada organização.

7 O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é responsável por prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

8 O Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), serviço vinculado ao CRAS, tem como função oferecer um período de atividades a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, durante o contraturno escolar, de forma a protegê-la do risco que correm. Também são atendidas crianças e adolescentes em risco ou em vulnerabilidade social, cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda e/ou se encontravam em situação de trabalho infantil.

9 A Unidade Básica de Saúde (UBS) faz parte dos serviços de atenção básica, responsáveis pelo atendimento médico.

10 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão paritário - composto por 32 membros, com igual número de representantes do poder público e da sociedade civil organizada - responsável por propor, deliberar e acompanhar as políticas públicas em prol das crianças e dos adolescentes no Município.

TRAJETÓRIA E METODOLOGIA

Partindo-se da premissa de que o projeto Escolas em Rede possuía um escopo de pesquisa de cunho qualitativo, optou-se pela amostragem baseada na técnica conhecida como bola de neve *(snowball sampling)* - metodologia de pesquisa qualitativa, não probabilística, que se apoia na indicação de pessoas para sua realização. O procedimento para a aplicação é a escolha intencional, que se dá pelo pesquisador, de um sujeito que indicará outro(s) sujeito(s). No caso desta pesquisa optou-se por iniciar o contato a partir dos Conselhos Tutelares, compreendidos como interlocutores qualificados por receberem a maioria dos pedidos de encaminhamento provenientes das escolas, além de serem uns dos principais responsáveis pela efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Assim foram contatados por telefone e/ou *e-mail* os 44 Conselhos Tutelares do Município de São Paulo. Destes 14 deram algum tipo de retorno: três pediram o envio de explicações mais detalhadas do projeto, porém não deram continuidade ao contato. De oito conselhos obteve-se a indicação de 12 escolas. Os outros três solicitaram reuniões para uma melhor compreensão da proposta, a partir das quais surgiram outras 18 indicações, entre escolas e serviços da rede que poderiam contribuir com a pesquisa.

Com o auxílio do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA)[11], o Conselho Tutelar do Grajaú I articulou junto à Diretoria Regional de Ensino Capela do Socorro uma reunião com o pesquisador, na qual foram



Momento de brincar e aprender na EMEF Dep. João Sussumu Hirata

indicadas sete unidades escolares de ensino fundamental.

Além disso, foi feito contato com a Rede Intersetorial de Promoção e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiros, em que foram apontadas mais três escolas. Seis unidades escolares entrevistadas indicaram outras seis. Assim, ao final, 46 escolas foram recomendadas por meio dos conselhos tutelares, instituições de ensino e de serviços.

Foram realizadas entrevistas[12] presenciais em 29 EMEFs que se dispuse-

Dentre suas tarefas, está a organização das eleições dos membros dos Conselhos Tutelares e a normatização das Conferências Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. O CMDCA foi instituído pela Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 31.319/92, alterado pelo Decreto nº 44.728/04.

11 Criado a partir da portaria número 6.566 de 2014, esse núcleo é formado em cada uma das diretorias regionais de ensino e é composto por 01 (um) coordenador; 02 (dois) psicopedagogos; 02 (dois) psicólogos; 01 (um) fonoaudiólogo; 01 (um) assistente social e 01 (um) auxiliar técnico de Educação. Estão vinculados com a Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica (DOT-P) e tem como objetivos: articular e fortalecer a Rede de Proteção Social no(s) território(s); apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de ensino-aprendizagem; realizar avaliação multidisciplinar dos educandos pela equipe do NAAPA, mediante análise da solicitação da Equipe Gestora.

12 No caso das escolas EMEF Padre Aldo da Tofori, EMEF Professora Isabel Vieira e EMEF Deputado João Sussumu Hirata foram realizadas duas entrevistas. A primeira com os diretores, que deram informações gerais sobre a escola e todos mencionaram que faziam parte de uma rede, chamada Teia, com a Unidade Básica de Saúde (UBS). Porém, quem participava dessa rede eram os coordenadores pedagógicos, principalmente porque os encontros ocorriam na parte da manhã, horário em que os diretores não estavam disponíveis e, portanto, não poderiam aprofundar as informações. Assim foi agendada uma nova reunião com os coordenadores pedagógicos. No entanto, as coordenadoras pedagógicas da EMEF Padre Aldo da Tofori e EMEF Professora Isabel Vieira Ferreira, que acompanhavam as reuniões, pediram remoção de cargo e a coordenadora pedagógica da EMEF Deputado João Sussumu Hirata estava de licença-maternidade. Dessa forma, as informações continuavam incompletas, dado que as professoras que as substituíram não estavam familiarizadas com a rede. Optou-se, então, por procurar a UBS da região para colher as informações sobre o TEIA.

ram a participar da pesquisa. As 17 restantes não foram entrevistadas por dois motivos: a) não se dispuseram a participar da prospecção; b) foram preteridas por já terem sido identificados potenciais casos em sua região (procurou-se, assim, ampliar a presença de experiências de outras regiões da cidade).

TABELA 1 – NÚMERO DE ESCOLAS INDICADAS

	Nº DE CONTATOS	Nº DE ESCOLAS INDICADAS
Indicação por telefone (CT)	8	12
Reunião Presencial (CT)	4	25
Informação por e-mail (CT)	2	0
Indicação de outras escolas	6	6
Rede Intersetorial Pinheiros	1	3
TOTAL	**21**	**46**

Também foram realizadas quatro entrevistas com serviços públicos: três na região de Pinheiros – Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), CRAS e um serviço de acolhimento de crianças e adolescentes - e outro na região da Pedreira, com a UBS Jardim Dorotéia.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ESCOLAS

A proposta desta pesquisa é identificar 15 casos bem sucedidos de relação das escolas com o SGDCA, ainda que estabelecida apenas entre alguns órgãos e/ou serviços específicos e não necessariamente com todos os integrantes do

Sistema. Assim, não é seu objetivo traçar um diagnóstico da Rede Municipal de Educação de São Paulo e, portanto a distribuição ou representação regional não foi considerada como um critério para a realização da pesquisa e de sua análise, embora tenha havido a intenção de identificar boas práticas nas diversas regiões da cidade de São Paulo.

Os critérios, dessa forma, foram baseados nas experiências concretas das escolas em sua relação com serviços e órgãos que compõem o Sistema. O primeiro deles foi a realização de ações contínuas e/ou previstas entre escola e serviços ou órgãos – isto é, não foram consideradas apenas ações pontuais, como campanhas de vacinação, por exemplo, mas o planejamento de ações sistemáticas, como visitas à UBS da região. Esse critério desdobrou-se em dois níveis: o de escolas e serviços que elaboram em conjunto projetos ou ações locais - como os resultantes da implementação do Programa



Aluno da EMEF
Pde. Aldo da Tofori

Saúde na Escola (PSE)[13] – e os que desenvolvem ações a partir de redes intersetoriais de defesa das crianças e adolescentes, como o Fórum Regional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Por fim, outro critério estabelecido levou em consideração a escola como promotora e garantidora dos direitos das crianças e adolescentes. Embora aparentemente amplo, dado que toda escola é por natureza promotora de direitos ao assegurar o acesso à educação, esse critério considerou a proposta curricular das escolas pesquisadas e suas práticas cotidianas. Foram considerados aqueles que, além de ações internas, também buscaram estabelecer parcerias e redes com serviços públicos, órgãos governamentais e ONGs no intuito de assegurar os direitos que estão indiretamente relacionados ao acesso, garantindo as condições necessárias para que as crianças e adolescentes continuem frequentando a escola. É o caso de unidades escolares que facilitam o acesso dos familiares a benefícios de transferência de renda ou assistência médica, outras ainda garantem à criança e seus irmãos e irmãs o acesso ao CCA.

CATEGORIAS DAS BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Ao ser estabelecida a lista de escolas com práticas exitosas, o passo seguinte foi reuni-las por suas experiências, o que levou aos quatro agrupamentos analíticos descritos abaixo:

1. **RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS LOCAIS** – Essa categoria agrupa escolas que se destacam pela relação estabelecida com os equipamentos locais. Tais relações se dão mais fortemente com as UBS e, em segunda instância, com organizações da sociedade civil. As relações com os equipamentos locais permitem que alguns direitos sejam assegurados, possibilitando a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola e na família. Fazem parte dessa categoria as EMEFs:

13 O PSE é uma política intersetorial da saúde e da educação instituída em 2007. Embora seja um programa cuja diretriz é ministerial, os planejamentos e ações são desenvolvidos localmente, portanto, exigem a aproximação entre as duas redes públicas.

Professora Mara Cristina Tartaglia Sena, Deputado João Sussumu Hirata, Professora Isabel Vieira Ferreira, Padre Aldo da Tofori, Solano Trindade, Maria Alice Borges Ghion e Anexa ao Educandário Dom Duarte.

2. **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS** – Essa categoria agrupa escolas que se destacam pelo incentivo dado a crianças, adolescentes e jovens a integrar o Fórum Regional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. O intuito é fomentar a participação política e garantir um espaço em que possam organizar suas reivindicações. Nesta categoria foram incluídas as EMEFs Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto, Professor Olavo Pezzotti e Doutor José Dias da Silveira.

3. **PROPOSTA CURRICULAR INOVADORA** – Incluídas nessa categoria, estão as escolas que apostaram em mudanças na sua proposta pedagógica como meio de assegurar a concretização do direito à educação. As EMEFs que a compõe são a Desembargador Amorim Lima, Presidente Campos Salles e Professora Cândida Dora Pino Pretini, o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja) Campo Limpo e o Cieja Aluna Jéssica Nunes Herculano (Cieja Butantã).

4. **MOBILIZAÇÃO SOCIAL** – Por fim, essa categoria envolve as escolas que buscam ou se apoiam em suas comunidades para que sejam garantidos os direitos das crianças, adolescentes e jovens. As escolas que melhor se identificam com essa categoria são as EMEFs Desembargador Amorim Lima, Presidente Campos Salles e Anexa ao Educandário Dom Duarte.

Nota-se que algumas unidades escolares estão presentes em mais de uma categoria. Isso ocorre porque as relações necessárias para que os direitos sejam promovidos e assegurados não podem ser estritamente delimitadas. Dessa forma, nas descrições das ações, algumas escolas estão retratadas em mais de uma categoria.



Entorno ganha lugar de destaque em maquete da EMEF Solano Trindade

02

RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS

LOCAIS

Dentre as estratégias de promoção indicadas pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, destaca-se a articulação entre as escolas e os equipamentos locais. Essa relação possibilita o acesso a serviços que permitem que crianças, adolescentes e jovens tenham garantidas as condições para o seu desenvolvimento, permanecendo na escola e junto às suas famílias.

Os primeiros casos apresentados referem-se à relação entre escolas e serviços de saúde, em especial com Unidades Básicas de Saúde. Antes, porém, é importante destacar que as UBSs não operam de maneira idêntica. Há atendimentos que são oferecidos por todas as unidades, tais como clínica geral, pediatria, ginecologia-obstetrícia e vacinação, por exemplo. Mas, algumas especialidades – como oftalmologia, dermatologia, cardiologia, pneumologia, psicologia e psiquiatria – são distribuídas de maneira desigual em cada território.

As relações das escolas com as UBS apresentam diferentes configurações. Muitas delas recebem agentes de saúde esporadicamente para oferecer a seus estudantes palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, saúde bucal, entre outras. Também são desenvolvidas campanhas de vacinação, como as voltadas para adolescentes, contra o HPV. Por vezes, essas relações baseiam-se em solicitações pontuais, por parte da escola, de avaliação e atendimento de crianças que apresentam problemas no processo de ensino aprendizagem ou sinais de prováveis violações de direitos, como maus tratos.

Já na perspectiva de ações mais duradouras, o Programa Saúde na Escola[1], por exemplo, permite o desenvolvimento de atividades em consonância com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

1 O Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286.

O Programa Saúde na Escola (PSE) vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Essa iniciativa reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos. (BRASIL, 2011, p. 6)

Além disso, as UBSs são muitas vezes porta de entrada para outros serviços públicos como os da assistência social e do Conselho Tutelar, por exemplo. Nesse sentido, a relação das escolas com tais equipamentos pode ser mais intensa, ultrapassando as solicitações e encaminhamentos burocráticos por meio de ofícios, e chegando ao estabelecimento de um fluxo de reuniões conjuntas, a partir de um calendário previamente elaborado para a discussão de casos, procedimentos e encaminhamentos. É nesse sentido que as experiências selecionadas se organizam.

EDUCAÇÃO E SAÚDE: BENEFÍCIO EM MÃO DUPLA

Segundo a coordenadora pedagógica da EMEF Maria Alice Borges Ghion, Martha Cristina Antonoff, a aproximação com a UBS do Jardim Boa Vista foi ocorrendo aos poucos. No início, eram somente ofícios solicitando a avaliação ou o atendimento de alguma criança ou adolescente da escola. Mas a gestão escolar sempre ficava em dúvida se a família havia levado a criança ou o adolescente de fato à UBS. Não sabiam que encaminhamento fora dado, pois não tinham retorno nem do serviço, nem dos familiares do estudante. Iniciaram, então, a procura pelos profissionais da UBS a fim de qualificar melhor suas demandas e dar retorno do que ouviam na escola a respeito do atendimento.

No mesmo período, conheceram as agentes comunitárias de saúde, membros daquela comunidade, que tinham como atribuições realizar visitas às casas como forma de aproximar o serviço de saúde das pessoas do território, estimular continuamente a organização comunitária, coletar dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários, culturais, etc. Passaram, então, a conversar sobre as difi-



Aluna na sala de leitura da EMEF Solano Trindade

culdades encontradas nos encaminhamentos das crianças e, com isso, a construir um vínculo mais consistente entre a escola e o serviço de saúde, afinal, os alunos faziam parte das famílias visitadas pelos agentes. A partir de então, vislumbraram a possibilidade de realizar reuniões conjuntas com a equipe multidisciplinar da UBS, a fim de discutir casos que demandavam atenção tanto da saúde como da escola para propor soluções e encaminhamentos mais eficazes. Dessas reuniões locais, passaram a ser articuladas outras mais amplas, envolvendo diversos órgãos e serviços tanto do território como da região mais abrangente relativa à Assistência Médica Ambulatorial[2] (AMA) do Jardim Peri-Peri. Outra decorrência dessa relação foi o estabelecimento, por parte da UBS, do atendimento às crianças da Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI)[3].

Atualmente a escola participa de três diferentes reuniões com a presença da UBS Jardim Boa Vista. Uma delas, a cada um mês e meio, envolve também uma EMEI e duas CEIs[4], muito próximas umas das outras e que, portanto, atendem às crianças e famílias do mesmo bairro. Essas reuniões visam a troca de informações sobre o histórico de seus alunos e familiares – e contam também com a presença do supervisor de ensino da Diretoria Regional de Ensino (DRE) Butantã. Outra reunião, mensal, envolve as EMEFs Solano Trindade e Vila Munk, que também estão próximas, com o objetivo de avançarem sobre desafios comuns. E, por fim, a cada dois meses, aproximadamente, ocorre uma reunião unicamente com a UBS, que trata de assuntos específicos da escola.

Percurso similar ocorreu com a EMEF Solano Trindade e a mesma UBS, com a diferença de estarem mais próximas ainda uma da outra – aproximadamente 500 metros – o que facilita o deslocamento e a comunicação entre as unidades. Como já dito, duas reuniões, uma específica da escola com a UBS e outra das escolas municipais da região, qualificam e facilitam o atendimento aos estudantes. Os alunos atendidos pela SAAI na escola também têm acompanhamento específico da UBS Boa Vista.

Tanto a diretora da EMEF Solano Trindade, como a coordenadora pedagó-

2 A Assistência Médica Ambulatorial se diferencia da Unidade Básica de Saúde por não exigir agendamento de consultas para realizar atendimento.

3 Estabelecida pelo decreto 45.415 de 18 de outubro de 2014 e regulamentado pela portaria 5.718/08 da Secretaria Municipal de Educação, a SAAI versa sobre o atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. As atividades nas salas de apoio ocorrem em período oposto ao do horário escolar.

4 A saber, EMEI Benedito Castrucci, CEI Cohab Raposo Tavares e CEI Cidade de Genebra.

gica da EMEF Maria Alice Borges Ghion, relataram que, para além de uma melhor qualificação do atendimento às crianças, a efetivação da parceria promoveu uma maior aproximação das famílias com a escola, na medida em que os encaminhamentos das demandas já são registrados e as solicitações para que as famílias façam agendamentos nas UBS diminuíram. Muitas vezes, a partir do atendimento no equipamento de saúde, essas famílias têm acessado outros serviços, como os de assistência social.

Um exemplo disso são as situações em que a criança precisa de atendimento especializado, mas a família não possui recursos financeiros para o deslocamento até o local do atendimento. Por meio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), dependendo do caso, é possível garantir o transporte da criança. O mesmo ocorre quando se trata do tratamento da própria família, como no caso de pais ou mães em situação de drogadição ou alcoolismo. Ao perceberem a escola como parceira interessada na reversão de suas dificuldades, os familiares dos estudantes sentem-se acolhidos e mais seguros para recorrer à escola. Ao mesmo tempo em que se conscientizam dos seus direitos e dos caminhos para que sejam efetivados, divulgam espontaneamente as ações desenvolvidas pela escola na comunidade e fortalecem esse tipo de parceria.

A EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena, localizada no CEU Parque Bristol, participa de dois fóruns com a saúde: um com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outro com a UBS Eduardo Reschilian. Além destes, possui também uma parceria com a UBS Parque Bristol[5]. Com relação a outros equipamentos do território, a EMEF tem estabelecidas relações de parceria com o Centro Universitário Assunção (UNIFAI), com a Universidade Paulista (UNIP) e com o Centro Universitário Fundação Santo André.

Com o CAPS, as reuniões mensais ocorrem desde 2010. Nessas reuniões participam especialistas da UBS Eduardo Reschilian, cerca de 10 escolas, profissionais do CRAS e, eventualmente, profissionais da SAAI e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Especificamente nesse fórum, são elaboradas estratégias de encaminhamento, atendimento e acompanhamento de casos de crianças e jovens que necessitam de atendimento psicológico.

Em meados de 2014, outro fórum mensal foi instaurado com a UBS Eduardo Reschilian, no qual são discutidas ações do Programa Saúde na Escola. Procedimentos para atendimento do fluxo, como a entrega de um protocolo de

5 A EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena está próxima de duas UBSs e por isso consegue desenvolver ações com cada uma delas, independentemente.



Momento de leitura na EMEF Profª Mara Cristina Tartaglia Sena

atendimento – a ser incluído no prontuário dos alunos – asseguram o atendimento da criança pela UBS. Novamente na relação com os agentes de saúde, a parceria revela sua importância: ao fazerem visitas domiciliares às casas dos estudantes, esses profissionais registram informações desconhecidas pela escola, o que invariavelmente contribui para a reflexão e melhor encaminhamento dos casos discutidos.

Da mesma forma, o equipamento de saúde beneficia-se da articulação com as escolas. A diretora Rosa Maria de Oliveira afirma que, em uma ocupação próxima à escola e no território da referida UBS, os profissionais da saúde apresentam dificuldade em acessar as famílias[6]. No entanto, por meio da escola, têm conseguido contatar as crianças, assim como pais e mães, garantindo o atendimento a essa população.

Como estratégia para o acompanhamento dos casos pela EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena, as coordenadoras pedagógicas foram indicadas para serem as representantes da unidade nas reuniões de rede. Tal resolução adveio da compreensão de que, por estarem mais próximas tanto dos professores como dos alunos, essas profissionais possuem uma maior compreensão das demandas

6 Durante a entrevista não foi possível aprofundar o porquê da dificuldade de acesso àquele território.

de atendimento, o que possibilita análises e encaminhamentos mais eficazes.

É a moradia dos estudantes que determina o atendimento desses serviços e não a vinculação com a escola. Dessa forma, os alunos da EMEF são atendidos por mais outra unidade básica de saúde, a UBS Parque Bristol, que desenvolve, na escola, trabalhos preventivos sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis, assim como um programa de saúde bucal. De acordo com a parceria estabelecida, a escola recebe toda segunda-feira a visita de profissionais desse equipamento para a avaliação das crianças e adolescentes e encaminhamento ao posto de saúde, fazendo com que haja mais agilidade no atendimento dos mesmos.

Há também a preocupação em documentar o fluxo do trabalho, registrando a quantidade de encaminhamentos, o número de crianças em atendimento e o número dos que já foram atendidos. As parcerias com as universidades concentram-se na perspectiva de desenvolvimento de estágios com estudantes de pedagogia, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia, principalmente para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais.

De modo geral, a diretora da EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena credita às participações nas reuniões do CAPS e da UBS Eduardo Reschilian a maior efetividade no atendimento das crianças e adolescentes da escola, não somente por estreitar os vínculos com esses equipamentos, mas porque, ao envolver outros serviços, torna-se possível o atendimento integral aos alunos. Um dos casos representativos dessa situação deu-se quando a família de uma criança diagnosticada com transtorno psíquico considerou o tratamento inviabilizado, por não dispor de recursos para a compra dos medicamentos e para o transporte até o local de acompanhamento pelo psiquiatra. Foi então que a ação conjunta entre escola, UBS e CRAS resultou na obtenção dos recursos necessários à viabilidade do tratamento da criança.

CONSTRUÇÃO DA TEIA

Outro exemplo do estabelecimento de uma relação mais consistente com as UBS, mas a partir de um caminho distinto das escolas citadas anteriormente, tem o eixo da Estrada do Alvarenga como cenário. A articulação ocorre com as EMEFs Padre Aldo da Tofori, Professora Isabel Vieira Ferreira e Deputado João Sussumu Hirata.



Samia Siqueira faz a gestão da UBS Parque Dorotéia, equipamento referência para escolas da região

Enquanto a construção das redes anteriormente descritas partiu da aproximação das escolas, individualmente, com os respectivos equipamentos de saúde, a proposta de construção da Teia (Trabalho Envolvendo Infância e Adolescência) partiu de uma iniciativa da DRE Santo Amaro no ano 2000, com o objetivo de integrar todas as escolas desta diretoria regional aos equipamentos de atenção básica da saúde e trabalhar as questões que relacionavam as duas áreas.

Até 2014, as três escolas tinham como referência uma UBS distinta, por conta da divisão territorial da saúde. No entanto, nesse ano foi decidido que todas teriam a UBS Parque Dorotéia[7] como apoio, por contar com diversas especialidades ausentes nas demais UBS. Em 2015 a Parque Doroteia passou a ser uma Unidade Básica de Saúde Integral (UBSI)[8], oferecendo mais possibilidades de atendimento, para além da segmentação territorial por endereço de moradia. As reuniões da Teia são acompanhadas pelas coordenadoras pedagógicas das escolas do período matutino por razões idênticas à escolha da EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena e também por que os encontros são realizados, predominantemente, na parte da manhã. Participam ainda da Teia: CRAS, Conselho Tutelar, Ministério Público e ONGs da região, totalizando 30 parceiros, aproximadamente.

A atual gestora da UBS Parque Dorotéia, Samia Aued Siqueira, já havia tido contato com a proposta do trabalho da Teia em 2002, quando atuava como gerente da UBS Jardim Laranjeiras. Em 2005 assumiu a gerência da UBS Parque Dorotéia. A experiência acumulada demonstrou que a efetividade da resposta dos serviços é uma das condições para que as parcerias sejam refor-

7 A UBS Parque Dorotéia é uma parceria da Prefeitura Municipal de São Paulo com a Organização Social Santa Catarina há 15 anos e, desde 2008, o contrato de parceria mudou para gestão da própria UBS.

8 As Unidades Básicas de Saúde Integral (UBSI), além de disponibilizar outras especialidades, também permitem o acesso de trabalhadores e estudantes pelo local de ocupação, isto é, rompe com a segmentação territorial determinada somente pelo local de moradia.



Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI) da EMEF Profª Maria Alice Borges Ghion

çadas. Uma das primeiras maneiras para alcançar esse resultado foi o estabelecimento de um processo de comunicação via *e-mail* com as escolas e serviços da região, que enviam os relatórios das crianças diretamente para a gestora e esta, por sua vez, repassa à equipe multiprofissional responsável pelo agendamento do atendimento da criança.

Neste ano a Teia lançou mão da estratégia de convidar os serviços de saúde próximos para facilitar o fluxo de informações entre os parceiros, assim os equipamentos que não são da saúde não precisam participar de diversas reuniões para discutir o mesmo tema, maximizando o tempo dos participantes. Por exemplo, foram realizadas reuniões com o Conselho Tutelar para conversar sobre alguns problemas e dificuldades que estavam enfrentando na relação entre os equipamentos e o órgão. A partir da apresentação do conselho sobre sua atuação e limites foi esclarecido que algumas respostas que os equipamentos esperavam não eram de sua competência. Também foi apresentado o trabalho do NAAPA, ligado à DRE Santo Amaro. Os próximos encontros serão destinados a apresentar novamente os serviços de saúde por conta das mudanças ocorridas, de forma que os profissionais das escolas e dos serviços possam repassar para as famílias o modo de acessá-los.

Ainda, segundo Samia, a maioria (40%) dos casos encaminhados pelas escolas por conta de mudanças de comportamento da

criança – como desatenção, dispersão, apatia ou comportamentos opostos a esses, a exemplo de agitação, irritabilidade e agressividade – pedia atendimento psicológico, pois se suspeitava de que tal mudança pudesse ser decorrente de abuso ou violência doméstica. Porém, após diagnóstico médico, comprovou-se muitas vezes que se tratavam de casos de anemia ou verminoses, quadros com sintomas semelhantes. Dessa forma, determinou-se que primeiramente as crianças sejam consultadas por um pediatra, os adolescentes por hebiatras e, caso não se diagnostique problema de saúde, uma agenda com um psicólogo é marcada. Atualmente, como consequência das reuniões da Teia e das discussões de casos realizadas na UBS, os profissionais das escolas mais assíduas – como as três elencadas – têm sido capacitados a inferir hipóteses de forma mais qualificada sobre a natureza dos problemas físicos ou psicológicos.

A partir de alguns casos relatados é possível identificar a potência que o trabalho em rede possibilita para a garantia de direitos e proteção às crianças e adolescentes. Não há um padrão sobre como as situações devam ser tratadas, afinal cada uma necessita de análise e estratégias de solução específicas. Assim, ao mesmo tempo em que alguns casos chegam à rede - oriundos do Conselho Tutelar, do CRAS ou dos serviços de acolhimento -, demandando atenção da saúde, outros precisam da concessão de algum benefício social, ou necessitam da intervenção de equipamentos, a exemplo do Conselho Tutelar ou o CREAS.

Nesse processo, a Teia é muito importante para a aproximação dessas instituições que, conjuntamente, conseguem atuar na proteção e promoção de direitos das crianças. "Se não houvesse essas parcerias, a escola não teria tido nosso apoio e nós não teríamos tido o apoio deles para atuar em prol da proteção das crianças. No momento que fazemos a denúncia, chamamos o Conselho Tutelar para conversar, para fazer a abordagem de um modo que o vínculo que a unidade tem com essa família não se quebre. Porque, afinal de contas, é por meio de nosso trabalho que vamos conseguir reverter ou minimizar esse problema. Se o vínculo quebra, a família vai embora e aí o caso se perde. Se não tivéssemos esse trabalho, isso não aconteceria, continuaríamos cada um na sua casinha, falando mal um do outro", acredita Samia.

A gestora da UBS Parque Dorotéia reconhece também que a participação das escolas é fundamental para a assistência das crianças e adolescentes. "Vários desses casos nem teriam chegado até nós, se não fosse a escola, que tem muitas vezes mais conhecimento e contato com as crianças que a própria família. Na escola o professor as observa com um olhar qualificado todos os dias. A família às vezes olha para a criança e não vê o problema porque está muito dentro da realidade deles", pontua.

Assim, é por meio da interlocução entre os funcionários dos equipamentos

que a possibilidade de assistir integralmente as crianças, adolescentes, jovens e suas respectivas famílias acontece efetivamente. O acesso aos equipamentos públicos torna-se mais rápido e eficaz, asseguram-se direitos, muitas vezes em risco de violação por conta da desarticulação das políticas públicas. É o que demonstra Samia, ao referir-se a esse trabalho: "As mesmas crianças que tiram nosso sono, também tiram o sono dos professores. É impressionante como a gente descobre isso quando se aproxima deles. Se não houvesse essa troca, não seria possível conhecer tudo o que cada um de nós faz e o que mais podemos fazer juntos".

A DISTÂNCIA NÃO É O ÚNICO OBSTÁCULO

A EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte, na região da Rodovia Raposo Tavares, destaca-se por sua relação com uma forte organização social local, a Liga Solidária[9]. A escola localiza-se dentro do Complexo Educacional Educandário Dom Duarte, gerenciado por essa organização. Também fazem parte da estrutura do Educandário dois abrigos, nove Centros de Educação Infantil (CEI) e nove programas socioeducativos, envolvendo Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Centro de Qualificação Profissional, Programa Religar e Serviço de Assistência Social à Família (SASF)[10], o que propicia atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

O prédio no qual a escola está instalada pertence à Liga Solidária e era

9 A Liga Solidária, fundada em 10 de março de 1923 como Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, é uma organização social sem fins lucrativos que desenvolve programas socioeducativos e de cidadania.

10 O SASF tem como objetivo fortalecer a função protetiva da família, prevenindo agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais e desenvolver ações junto a idosos e pessoas com deficiência, dada a necessidade de prevenir confinamento e isolamento, por meio da proteção social no domicílio. Voltado para famílias ou pessoas beneficiárias de Programas de Transferência de Renda (PTR), como o Bolsa Família, por exemplo, prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades e benefícios assistenciais. Pessoas idosas e pessoas com deficiência que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); famílias ou pessoas com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social identificada no território e validada pelo CRAS. No presente caso, é desenvolvido o Programa Famílias da Liga Solidária, por meio de convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e com a Secretaria Municipal de Educação.

destinado anteriormente a atender as crianças dos serviços de acolhimento da instituição. Atualmente é alugado pela prefeitura para abrigar a escola, que tem o seu funcionamento como o de qualquer EMEF da rede municipal de educação. A instituição de ensino possui outras parcerias – além das estabelecidas com a Liga Solidária, e, portanto, fora da propriedade na qual está instalada. Uma delas acontece com a Assistência Médica Ambulatorial (AMA)/UBS Vila Borges[11] e, por meio desta UBS, com o Laboratório de Estudos de Reabilitação e Tecnologia Assistiva (Reata)[12] da Universidade de São Paulo (USP). Em parceria com a Faculdade de Educação da USP, a escola desenvolve uma pesquisa sobre realização de direitos, coordenada pelo professor Elie Ghanem[13] e também está iniciando uma parceria com o Projeto Âncora na perspectiva de transformação do currículo.

A fim de garantir que as crianças e adolescentes tenham seu direito à educação assegurado, foram empreendidos pela instituição dois movimentos. O primeiro foi interno, envolvendo gestão, funcionários e professores, em que foram debatidas as condições necessárias para possibilitar a frequência escolar. Concluiu-se necessária a garantia de outros direitos fundamentais para a manutenção do aluno na escola. O outro movimento foi o de aproveitar a disponibilidade de equipamentos muito próximos à escola. Com esse entendimento, deram início, por exemplo, a ações para enfrentar alguns problemas de ordem disciplinar e relacional entre alunos e professores presentes na escola.

A primeira aproximação foi com o CCA onde essas crianças eram atendidas, com a intenção de saber exatamente qual o serviço ofertado, como poderiam pensar juntos estratégias para melhor atendê-las e, assim, garantir sua permanência em ambos. Após o contato com o CCA, a escola aproximou-se do Polo de Violência[14] da Liga Solidária, que apoiou esse processo por meio de um trabalho psicossocial com as crianças. A partir desse programa entrou-se em

11 A Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila Borges também abriga uma unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

12 O Laboratório de Estudos de Reabilitação e Tecnologia Assistiva (Reata) pertence ao Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP).

13 Em reuniões abertas à comunidade escolar (corpo docente, funcionários e não-docentes, estudantes e suas famílias), são levantadas ideias e tomadas decisões na direção da construção de um projeto de pesquisa e intervenção. O projeto será apresentado ao Programa de Melhoria do Ensino Público da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que apoia pesquisas sobre problemas concretos em escolas públicas paulistas de ensino fundamental e médio.

14 O Polo de Violência é uma das frentes do Programa Religar, que visa o fortalecimento de vínculos familiares.

contato com pessoas da UBS e passou-se a pensar em ações intersetoriais que garantissem os recursos necessários para que as crianças se mantivessem na escola, com uma estrutura de apoio estabelecida para isso.

Um exemplo foi o trabalho realizado com educadores de referência daquele equipamento e outras frentes, para atender as necessidades específicas das crianças que estavam em serviço de acolhimento. Ao mesmo tempo, houve um movimento interno da escola com o objetivo de envolver o corpo docente e funcionários em torno dessa reflexão.

Segundo a diretora da EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte, Laura Clementino, nenhum dos processos – externo e interno à unidade escolar – foi simples. Muitas pessoas resistiam ou não acreditavam que mudanças na abordagem com as crianças teriam impacto na forma de elas se relacionarem com o ambiente e a estrutura escolar. Tampouco acreditava-se que a busca da garantia dos direitos que, minimamente, assegurassem sua permanência na escola, trouxesse algum resultado. Foi por meio da construção diária com os parceiros e profissionais da escola, que ações e estratégias foram ganhando sentido.

Porém, Laura ressalta que toda essa configuração de serviços,



O Centro para Crianças e Adolescentes do Educandário Dom Duarte foi o primeiro equipamento do território a se aproximar da EMEF

projetos, parceiros instalados no mesmo local, embora diminua a dificuldade dos deslocamentos e facilite o encontro, não garante que seja mais fácil o trabalho em parceria. "Não é fácil para ninguém lidar com a dificuldade, com a diferença, com a dor ou com o problema do outro. Não é simples nem para adultos, nem para crianças. E são crianças que, embora sejam poucas, movimentam a escola inteira. Elas criam uma demanda diferente no espaço, criam outras possibilidades de interação com os adultos, com a escola, com os objetos, com os combinados, outras formas de leitura, outras necessidades de organização", observa a diretora.

INVESTIR NO OUTRO É PRECISO

Ainda segundo Laura, o trabalho em parceria demanda um maior investimento no outro. É necessário cuidar da relação, ouvir, procurar compreender aquilo que é diferente do seu próprio trabalho, administrar encontros e agendas. Por outro lado, compreende-se muito melhor os estudantes, além de surgirem novas oportunidades de pensar caminhos juntos, educar juntos. "Em comunidade isso fica mais fácil sempre, porque a gente consegue ter uma atuação mais abrangente, dar mais possibilidades do outro crescer e se desenvolver no trabalho da escola. Por sua vez, se ele está muito mais amparado, temos muito mais possibilidade de trabalho, mais estabilidade; as pessoas se sentem mais tranquilas, mais confortáveis e mais felizes no espaço".

O trabalho desenvolvido nessa rede que envolve a EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte, a Liga Solidária, a AMA/UBS e demais parceiros, acaba por se desdobrar, como em outros casos aqui citados, na melhoria da qualidade de vida também dos familiares, como relata Laura: "Quando pressupomos que as relações da criança tomam espaços maiores, precisamos intervir em cada um desses espaços para dar qualidade no atendimento dessa criança. Se percebemos que ela precisa de mais estrutura familiar, temos que potencializar essa família. Caso precise de atendimento médico e não está conseguindo ir, a gente procura se organizar junto com o posto de saúde para que ela tenha agenda no posto; se não está se medicando direito, agimos para que o Serviço de Atenção à Família vá até a residência e medique de outro jeito, que a medicação seja dada em horários que sejam compatíveis com a dinâmica da família e da casa deste estudante, para que ele possa vir à escola".

Um exemplo que ilustra bem a repercussão do apoio à família na vida escolar dos estudantes é retratado na história de uma criança cuja mãe, ao tomar determinados medicamentos controlados, não tinha disposição para levar o filho à escola. Dessa forma, passou-se a pensar em estratégias para que ela pudesse ser medicada em horários alternativos, que não comprometessem seu vigor físico e, consequentemente, sua disposição em levar o filho à escola. Ações como essa demonstram a busca constante da escola pela garantia de direitos dos seus alunos. "A gente vai estudando jeitos de garantir o direito dessa criança à estrutura, a uma vida estável e regular, a atendimentos, a serviços; enfim, todo o cuidado para que ela tenha seu direito à educação garantido", afirma a diretora da EMEF.

Assim, nota-se que a garantia do direito à educação envolve mais do que o acesso à escola. Implica, por exemplo, na necessidade de auxiliar famílias a terem uma estrutura que permita que a criança vá à escola, que os serviços envolvidos no atendimento a estes sujeitos também observem a dinâmica como um todo. O simples ato de tomar um medicamento, dependendo do tipo de medicação, pode produzir consequências que não foram levadas em consideração no momento de sua prescrição. Por outro lado, a escola mostra sua importância dentro dessa rede, ao conseguir articular apoio para pensar em uma estratégia tão simples, mas específica, que garantiu a seu aluno o direito de permanecer estudando.

Nesse sentido, Laura reforça o papel estratégico que a escola tem, por ser um serviço que envolve os estudantes boa parte do seu tempo. "A escola é um ambiente com potencial para refletir sobre a criança de maneira mais individualizada e por mais tempo, também para dar oportunidades e articular os parceiros. Ela pode ser o lugar onde os encontros são mais fáceis, pelo fato da criança passar um período muito grande dentro desse espaço."

Explicitar as experiências dessas sete escolas não equivale a dizer que as demais presentes na pesquisa não desenvolvam ações, parcerias ou projetos com equipamentos de saúde ou associações locais em seus respectivos territórios. Um exemplo disso é a EMEF Presidente Campos Salles, escola marcada historicamente por uma estreita relação com a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS).

Do mesmo modo, há as experiências dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (Cieja), principalmente com as organizações da comunidade que possibilitam uma série de assistências aos adolescentes, jovens e adultos estudantes da escola. O trabalho realizado na EMEF Professora Candida Dora Pino Pretini envolve uma forte aproximação com o sistema de saúde voltado ao

atendimento de crianças e jovens surdos. Assim, a intenção deste capítulo foi dar visibilidade ao que as próprias escolas apresentaram como sendo sua relação mais forte na promoção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Por fim, as sete experiências descritas apontam que o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes não pode ser garantido por um único equipamento. O trabalho em rede com diversos parceiros do território faz com que seja possível a construção de um olhar integral para os sujeitos, o desenho de estratégias articuladas que assegurem seus direitos fundamentais e uma educação de qualidade. É a partir desse encontro que uma gama de oportunidades oferecidas por esses serviços, associações, instituições, pode dialogar de fato com as necessidades destes sujeitos.

Como equipamento que, depois das famílias, mais tempo permanece com essas crianças e jovens, a escola muitas vezes possibilita, a partir do seu olhar e de sua iniciativa de articulação, que ações em rede passem a ser constituídas e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes assegurado.



Corpo e saúde são trabalhados na EMEF Pde. Aldo da Tofori



Apresentação do Coral da EMEF Doutor José Dias da Silveira em reunião do Foca

03

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

É possível que a ideia de participação política cause estranhamento ao ser relacionada ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Talvez porque este seja evocado, na maioria das vezes, em situações em que os direitos corram risco de serem violados. No entanto, o Sistema de Garantia também tem como premissa a promoção de direitos. Nesse sentido, a articulação entre escolas e diversos serviços públicos – propiciando momentos nos quais crianças e adolescentes possam refletir, opinar e participar da discussão de temas que lhes dizem respeito diretamente – merece destaque, como uma prática de cidadania na qual o direito de expressão e reivindicação, bem como o de organização política é garantido.

O ECA é o marco regulatório para a política de direitos das crianças e adolescentes. Uma das diretrizes para a realização do atendimento é a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos das crianças e dos adolescentes (Art. 88, II). Trata-se de órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, que exigem participação popular paritária por meio de organizações representativas. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é o responsável por organizar as eleições dos membros dos Conselhos Tutelares e normatizar as Conferências Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. As conferências regionais ocorrem em cada subprefeitura como etapa para a conferência municipal. Na cidade de São Paulo são realizadas concomitantemente Conferências Lúdicas – em nível regional e municipal – protagonizadas por crianças e adolescentes. Em todas essas conferências são debatidas propostas para a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A organização das Conferências Regionais (Comum e Lúdica) é responsabilidade dos Fóruns Regionais dos Direitos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de cada subprefeitura, assim como a organização das eleições dos Conselhos Tutelares e a mobilização regional do Fórum Municipal[1].

No caso da subprefeitura de Pinheiros, o Fórum Regional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes é conhecido pelo nome de Foca, do qual participam crianças, adolescentes e jovens de três escolas municipais da Diretoria Regional de Ensino Butantã: EMEF Professor Olavo Pezzotti (Vila Madalena), EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto (Vila Olímpia) e EMEF Doutor José Dias da Silveira (Vila Cordeiro). Além de estudantes dessas unidades escolares, alunos das escolas estaduais da região, assim como crianças e jovens dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) e dos serviços de acolhimento da região, participam deste importante espaço de debate sobre temas diversos relacionados à suas vidas, constituindo-se como uma importante experiência de protagonismo político, assim destacado pela coordenadora pedagógica da EMEF Olavo Pezzotti, Eliza Katz, durante entrevista.

Também participam do Foca Pinheiros a DRE Butantã, CRAS e CREAS, Supervisão da Saúde Lapa/Pinheiros, serviços de saúde da região, CAPS, representantes dos CCAs, representantes dos serviços de acolhimento da região, representantes de escolas municipais de educação infantil, ensino fundamental, representantes de ONGs e outros equipamentos do território[2].

A participação nas atividades do Foca ocorre por meio de representação. Em alguns casos os estudantes que participam desse fórum são membros do grêmio estudantil, em outros, as escolas ou instituições realizam a eleição de representantes para cada encontro. A opção pela itinerância das reuniões é uma estratégia para que crianças e jovens conheçam diferentes espaços e serviços da região – não só a localização dos equipamentos, mas também as atividades de-

1 O marco regulatório de todo este processo é definido pela Lei Municipal n. 11.123/1991 regulamentada pelo Decreto 43.135/2003, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, como determinado Lei Federal n. 8069/ 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2 Os serviços citados, organizações públicas ou privadas, órgãos, escolas e equipamentos da região também se articulam na Rede Intersetorial de Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiros, na qual, em reuniões mensais, são discutidos casos e estratégias de atendimento.

senvolvidas e seus funcionamentos. Segundo Miriam Tronnolone, assistente social do CREAS Pinheiros, a partir do momento em que as crianças conhecem esses serviços e espaços também os divulgam para seus amigos e familiares, favorecendo o acesso à garantia de direitos na região.

A agenda de encontros para o ano de 2015 está pautada pelas propostas elaboradas na etapa regional da Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e Adolescente, com o intuito de garantir a continuidade das discussões levantadas pelos participantes.

A etapa regional da Conferência Lúdica, realizada em 6 de novembro de 2014 na EMEF Professor Olavo Pezzotti, contou com a participação de aproximadamente 300 crianças e adolescentes. Estes puderam debater e elaborar propostas em cinco frentes: Sexualidade; Participação; "Como quero minha escola?"; Violência e Álcool e Drogas[3]. Cada um dos temas possuía mais de uma sala de debate. Em cada sala as crianças e jovens foram divididos em pequenos grupos que avaliaram os pontos positivos ("Que Legal!"), negativos ("Que Pena!") e elencaram propostas ("Que Tal?") relativas àquela frente. Depois, com o apoio de um mediador, cada grupo apresentou as conclusões de seu debate e, coletivamente, discutiram e aprovaram as propostas daquela oficina para a plenária geral. Ainda na oficina, foram eleitos os candidatos daquela sala que seriam indicados para a votação dos delegados à Conferência Lúdica Municipal.

Em uma das salas que debateram a temática Participação[4], o resultado foi:

3 Como dinâmica da Conferência, as crianças e jovens se inscreveram previamente na oficina temática de sua preferência.

4 Embora as outras temáticas não sejam expostas nesse material, vale destacar, por exemplo, que os adolescentes reivindicavam maior facilidade de acesso a preservativos – inclusive na escola – para a prevenção de DST e gravidez; melhoria na iluminação do bairro, bem como de seu calçamento; trabalho de prevenção ao consumo de álcool e drogas.

QUE LEGAL!	• Lugares recreativos/associações • Espaços de cultura e lazer • Praças • Comércio
QUE PENA!	• Segurança em geral • Sinalização no trânsito (farol, faixa, etc.) • Poucos estabelecimentos de saúde públicos e de má qualidade • Falta de espaços de participação • Falta de informação para acessar espaços de participação • Praças mal cuidadas • Educação (poucos equipamentos e de má qualidade) • Falta de transporte público próximo à escola • Desigualdade entre os alunos na escola • Falta de associações • Falta de abertura para escutar a opinião dos moradores
QUE TAL	• Garantir o acesso à informação e participação da criança e adolescente em todos os serviços públicos • Melhoria de acesso à saúde • Mais hospitais públicos • Mais espaços de cultura • Reivindicar melhoria das praças • Incentivar a participação popular, com assembleias e reuniões nos bairros tanto de adultos quanto de crianças • Melhorar as vias de comunicação utilizando, por exemplo, as redes sociais e músicas • Incentivar a participação das crianças e adolescentes em espaços públicos, como a prefeitura • Garantir lazer para criança e adolescente para não entrarem no mundo das drogas • Melhoria dos transportes • Melhoria dos canais de informação e comunicação

Este grupo elaborou as seguintes propostas encaminhadas à Plenária Final: 1. Garantir o acesso à informação das instâncias de participação popular para as crianças e adolescentes, por meio das instituições responsáveis pela formação/educação de crianças e adolescentes. 2. Assegurar que as instituições responsáveis pela formação/educação de crianças e adolescentes incentivem a participação dos mesmos em todas as instâncias de políticas públicas. 3. Incentivar as crianças e adolescentes à busca de conhecimento, fortalecimento e intercâmbio a partir dos espaços de participação, utilizando as vias de comunicação/redes sociais.

Cristiane Magen, coordenadora pedagógica da EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto, destaca a importância do fórum como espaço de participação. "À parte do Foca, em que outros lugares eles podem ser ouvidos enquanto crianças e adolescentes? Não existe dentro da política pública um espaço tão definido como o Foca, que permite conversar sobre o que a criança pensa da cidade, o que o adolescente deseja, o que ele reivindica".

A existência e efetivação desse fórum somente é garantida a partir da participação de diferentes atores, vindos de diversos setores. A Rede Intersetorial de Pinheiros conta com o envolvimento de uma série de serviços públicos, secretarias e organizações, possibilitando a articulação entre os componentes da rede para a realização dos encontros.

Pode-se tomar como exemplo o primeiro encontro de 2015, cujo tema foi Sexualidade. Na ocasião, o SESC Pinheiros cedeu seu auditório, a DRE Butantã disponibilizou os ônibus para o transporte dos estudantes, os representantes da saúde articularam os palestrantes e também a equipe que realizou a oficina de sensibilização com os preservativos - fornecidos, por sua vez, pela Supervisão de



Grêmio estudantil da EMEF Profº Olavo Pezzotti, discute questões sobre a comunidade escolar



Participantes do FOCA dão continuidade às discussões na EMEF José Dr. Dias da Silveira

Saúde. Assim, foi possível debater e esclarecer dúvidas e anseios mais intensos, informar o que os serviços de saúde oferecem e ainda esclarecer que não há necessidade de acompanhamento de um adulto responsável para os maiores de 12 anos. Foi realizada também uma oficina sobre o uso do preservativo – masculino e feminino[5], desmitificando algumas ideias preconcebidas, como por exemplo, a de que o preservativo rompe com facilidade e que a sensibilidade é afetada.

REFLEXOS DO FOCA

As temáticas debatidas no Foca ultrapassam o espaço das reuniões. Foi assim, por exemplo, que alguns alunos interessados pelas informações do encontro solicitaram aos profissionais da saúde preservativos para que pudessem repassar os aprendizados para os colegas de escola que não estavam presentes. Segundo a professora Lucimara Miele, responsável pelo acompanhamento dos estudantes nas atividades do Foca pela EMEF Doutor José Dias da Silveira, esses alunos procuraram a coordenação pedagógica para organizar uma atividade semelhante na escola.

A coordenadora pedagógica da EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto, Cristiane Magen, acredita que as ações realizadas nos encontros do Foca contribuem para o currículo, pois as discussões e vivências que os estudantes têm nas oficinas são levadas muitas vezes por eles para a sala de aula. Ainda segundo a coordenadora, os encontros proporcionados com alunos de outras unidades escolares têm também reflexos na EMEF. "Eles voltam contando como tal escola é legal, trazem informações do que a outra escola permite e que a gente não permite. Então, eles questionam 'por que não?'. Nesses debates são mostrados caminhos para se construir uma nova realidade, dentro e fora da escola."

O professor Julio Meiron, que acompanha os estudantes dessa escola nas atividades do Foca, destaca que a participação em um fórum que preza pelo protagonismo é de extrema importância para o desenvolvimento político das crianças e adolescentes. "Nossos jovens e adolescentes se tornam cada vez mais empolgados com a possibilidade das discussões poderem de fato ser um caminho de transformação da realidade. Percebo que houve amadurecimento em relação ao que se deseja e ao que se constrói. Isso se reflete no dia a dia, na possibilidade de se ter uma escola melhor, uma rua melhor, um mundo melhor", diz Meiron.

É desse modo que a participação no Fórum da Criança e do Adolescente permite que, primeiramente, os estudantes compartilhem suas reflexões com outras crianças, adolescentes e jovens, encontrando, muitas vezes, empatia com suas ideias ou possibilitando questionamentos e a reconstrução delas. Ao conhecerem outras escolas e outros colegas, refletem sobre sua realidade e podem propor mudanças que acham necessárias. Dividem anseios, desejos e reivindicações que podem ser endereçados tanto às suas escolas, como aos serviços que acessam, ao bairro ou à cidade, no intuito de melhorá-los.

5 Os adolescentes foram convidados a testar os preservativos em uma dinâmica na qual o braço (com a mão fechada) é introduzido dentro de um preservativo masculino a fim de demonstrar sua resistência e flexibilidade. Esse braço é colocado em um balde com gelo e depois perto de um aquecedor para demonstrar que não se perde a sensibilidade.



Jovens do grêmio estudantil da EMEF Profª Maria Antonieta D'Alkimin Basto discutem mobilidade urbana com a Associação Ciclocidade

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Algumas escolas municipais presentes neste trabalho também estimulam o envolvimento das crianças, adolescentes e jovens em organizações políticas, como os grêmios estudantis ou assembleias escolares. Por exemplo, o grêmio estudantil da EMEF Desembargador Amorim Lima foi laureado na segunda edição do Prêmio de Educação em Direitos Humanos a partir do relato do histórico da sua entidade e das ações desenvolvidas naquela gestão. Além deste, também são casos de promoção da participação política e democrática as assembleias realizadas nos Ciejas Campo Limpo e Butantã, nas quais pode se discutir qualquer assunto. "Das regras de convivência, passando pela escolha do tema de estudo, até o orçamento da escola", afirma a coordenadora geral da unidade Campo Limpo, Eda Luiz.

Já a EMEF Presidente Campos Salles criou o projeto República dos Alunos, com a intenção de legitimar as lideranças surgidas após três anos da criação das comissões mediadoras de alunos em salões, como aprofundado no capítulo **Proposta Curricular Inovadora** (pág. 49). No projeto, é incentivada a participação dos estudantes na gestão de problemas e dificuldades originadas de suas relações, de forma autônoma, preferencialmente sem a interferência de adultos. Como correlato aos três poderes republicanos, independentes entre si, o Poder Executivo é representado pelo prefeito ou prefeita, vice-prefeito ou vice-prefeita e secretariado; o Poder Legislativo é representado pelos vereadores e, por fim, o Poder Judiciário, pela comissão de ética. Para a constituição da República, são eleitos prefeito ou prefeita, vice-prefeito ou vice-prefeita, dez vereadores e vereadoras[6] e sete membros da comissão de ética[7]. O secretariado é composto por quatro secretarias[8] e, a nomeação dos secretários e secretárias é função do prefeito ou da prefeita no cargo[9].

6 Dois vereadores por cada salão.

7 Composta por três professores, três alunos e um funcionário da equipe de gestão, eleitos por seus pares.

8 Compõem o secretariado: Secretaria de Comunicação, Secretaria de Convivência e Diversidade, Secretaria da Cultura e do Esporte e Secretaria da Saúde e Ambiente.

9 Para consultar o regimento para as eleições da República dos Alunos, consultar https://campossalles.wordpress.com/regimento-para-o-processo-de-eleicao – último acesso em 31/07/2015.



Jovem consulta livro na Biblioteda da EMEF Des. Amorim Lima

04

PROPOSTA CURRICULAR
INOVADORA

Entre os direitos fundamentais e, portanto, inalienáveis da pessoa humana está a educação. Sua promoção, defesa e controle é objeto de atenção por parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Visando garantir o acesso e a permanência dos estudantes, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de autonomia na construção de seus conhecimentos, serão relatados os casos de algumas escolas que efetivaram mudanças em suas propostas politico pedagógicas, assim como em seu currículo. Muitas delas modificaram a distribuição dos conteúdos por disciplinas e turmas seriadas para se organizarem por módulos ou grupos de estudos. Tais movimentos contaram sempre com a participação de parceiros, órgãos públicos e comunidade do entorno.

A ideia de inovação curricular no Brasil data dos anos 1980, principalmente após as eleições de governos de oposição ao regime de ditadura militar instalado no Brasil, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino público oferecido, reduzir a evasão e as altas taxas de repetência. Procurava-se também aumentar a participação da comunidade escolar nas decisões e cotidiano das escolas, como forma de enfrentar o autoritarismo comumente encontrado.

De modo geral, duas tendências mais progressistas estimulavam o debate: uma ligada à pedagogia crítico-social dos conteúdos e a outra ligada à educação popular. Ambas procuravam, à sua forma, o desenvolvimento do aluno crítico e autônomo e a construção de uma escola pública de qualidade para estudantes das classes populares. Uma fazia essa busca a partir de programas

oficiais a serem complementados pelos professores de forma a garantir o acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. A outra, pela valorização do saber popular – temas, necessidades e linguagem dos alunos –, buscando reinventar o conhecimento para desvelar as relações tradicionais de poder na sociedade, tendo como eixo organizador as necessidades e exigências da vida social e não mais as disciplinas tradicionais.

Nesta década, as reformas propostas em Minas Gerais e em São Paulo estiveram mais próximas da pedagogia crítica, enquanto no Rio de Janeiro aproximaram-se da educação popular, principalmente pelos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) (MOREIRA, 2000).

Tais referenciais continuaram a alimentar a discussão acerca dos projetos politico pedagógicos e propostas curriculares dos municípios e foram fundamentais para a fertilização de mudanças. Nelas, a ideia de tornar o aprendizado mais significativo, estreitar o vínculo com a comunidade por meio da gestão democrática e integrar suas demandas à proposta curricular refletem as discussões iniciadas nos anos 1980, assim como a proposta de garantir o acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e daqueles e daquelas que tiveram trajetórias escolares interrompidas ou irregulares. Foi dessa forma que tais ideias foram transformadas em prática pelas próprias unidades escolares que passaram a ser também articuladoras da rede de proteção de garantias de direitos, possibilitando a promoção de direitos para além do direito à educação.

ESCOLA PARA TODOS

O CEU São Rafael é um dos polos do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH)[1], para promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade com o intuito de reduzir as manifestações de discriminação de todas as naturezas.

Entre as escolas que compõem o complexo desse CEU está a EMEF Pro-

1 O CEDH é resultado da parceria entre as secretarias municipais de Educação e Direitos Humanos e Cidadania. Além de instalado no CEU São Rafael, os Centro de Educação em Direitos Humanos estão instalados nos CEUs Casa Blanca (zona sul), Pêra-Marmelo (zona oeste) e Jardim Paulistano (zona norte)

fessora Candida Dora Pino Pretini, que se destaca por ser uma escola bilíngue[2], pois realiza suas atividades na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em português. Foi esta escola que deu origem à criação da Unidade-Polo de Educação Bilíngue envolvendo as outras escolas pertencentes ao CEU São Rafael (CEI São Rafael e EMEI Professor Roque Spencer Maciel de Barros).

No Ciclo de Alfabetização e no quarto e quinto ano do Ciclo Interdisciplinar (ensino fundamental I), o atendimento é exclusivo na Sala de Apoio, Aprendizagem e Inclusão (SAAI Bilíngue I), sendo o trabalho com as áreas de conhecimento realizado em Libras como primeira língua e o ensino de língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. O atendimento separado das crianças do fundamental I está em acordo com todas as recomendações e parâmetros da educação bilíngue, pois garante que ocorra a alfabetização e o letramento da criança surda, de forma que Libras seja sua primeira língua, para depois aprender uma segunda - o português. Se a linguagem oral em português é a mediadora da relação da criança com o mundo, a língua de sinais possui importância fundamental.

> *A Língua de sinais, própria da cultura surda, é o sistema mediador da criança surda por excelência, assim como é a melhor forma de construir sua identidade, além de ser a melhor forma de introduzi-las no meio social e no universo escolar, inferindo diretamente no meio psicossociocultural desse sujeito. (GONÇALVES e SANTOS, 2012, p. 229)*

A partir do 6º ano do Ciclo Interdisciplinar e no Ciclo Autoral (ensino fundamental II), os estudantes assistem aulas em salas mistas (com estudantes surdos e ouvintes) acompanhados por um intérprete e pelos professores das disciplinas. Dado que a língua primária é Libras, os alunos surdos assistem as aulas de Linguagem II – Português em Libras, na SAAI Bilíngue II. Ainda é oferecida a SAAI Bilíngue Complementar, destinada a atender os alunos surdos no horário inverso ao da escola, com atendimento educacional especializado, sendo Libras a primeira língua para os alunos surdos e a segunda língua para os alunos ouvintes.



Aula bilíngue na EMEF Profª Candida Dora Pino Pretini garante o acesso à educação a surdos

Os professores que têm interesse podem fazer sua formação em Libras durante a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) com um instrutor contratado. Os cursos também são oferecidos para crianças surdas da região que não estudam no CEU, assim como para familiares e qualquer pessoa da comunidade que deseje aprender. Também os funcionários aprenderam Libras para garantir a comunicação com as crianças surdas.

> *Vale ressaltar que a escola é uma das primeiras oportunidades que a criança surda tem para aprender a conviver com outras crianças, além de ser um espaço de construção de sua identidade, fora do ambiente familiar. Outros objetivos implícitos voltados para os alunos surdos na escola é a oportunidade de adquirir conhecimentos acumulados da humanidade e tornar-se cidadão consciente de seus direitos e deveres, além de preparar-se para o mercado de trabalho e para o seu desenvolvimento pessoal e social. (GONÇALVES e SANTOS, 2012, p. 229)*

Segundo a diretora da EMEF Professora Candida Dora Pino Pretini, Liliane Lucarini, mesmo os alunos ouvintes também se interessam por aprender Libras. Para ela, esse interesse é um forte sinal da inclusão pretendida ao se reivindicar a criação do polo.

A inovação curricular ocorre pela inclusão de crianças e adolescentes surdos à dinâmica tradicional da escola, o que possibilita a criação de uma identidade surda

2 O decreto municipal 52.785 de 10 de novembro de 2011 institui a criação de Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) e a possibilidade de criação de Unidades Polo, sendo regulamentado pela portaria número 5707 de 12 de dezembro de 2011, na qual são especificadas as atribuições e qualificações dos profissionais que irão trabalhar nessas unidades de ensino. Existem Escolas Municipais de Educação Bilíngue, as EMEBs, mas, seguindo a metodologia aplicada, nenhuma delas foi indicada. No município há apenas dois polos de educação bilíngue, além das EMEBs: o polo CEU Capão Redondo e o polo CEU São Rafael, criado a partir do comunicado de número 567 de 30 de março de 2012.



Jovens ouvintes e surdos interagem na EMEF Profª Candida Dora Pino Pretini

- na medida em há muitos alunos surdos, aprendendo uma linguagem específica sem que haja qualquer atribuição negativa à surdez – e a integração com outras crianças, adolescentes e adultos ouvintes e falantes. Garante ainda o acesso à educação em escola próxima à residência, dado que as EMEBs estão localizadas na Freguesia do Ó/Brasilândia, Ipiranga, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba/Jaraguá e Santo Amaro, locais distantes do distrito de São Rafael.

CURSOS MODULARES, HORÁRIOS ALTERNATIVOS

Além de alguns CEUs, equipamentos públicos como o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos apresentam experiências inovadoras que garantem os direitos dos adolescentes. É importante destacar que, embora em sua definição conste que o público dos Centros são jovens e adultos, os Ciejas vêm recebendo cada vez mais adolescentes, uma vez que o ingresso nessa modalidade de ensino é permitida a partir dos 15 anos de idade.

Essas instituições de ensino foram criadas em 2003 após o processo avaliativo do Centro Municipal de Ensino Supletivo (Cemes) identificar grande demanda e baixos resultados na conclusão do Ensino Fundamental dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) organizados em classes seriadas, com horário fixo e no período noturno.

Diante deste cenário, alterou-se a organização curricular para quatro módulos anuais (Alfabetização, Básico, Complementar e Final). Cada módulo com

quatro ciclos – Linguagens e Códigos (português e inglês); Ciências Humanas (história e geografia); Ensaios Lógicos e Artísticos (artes e matemática); e Ciências do Pensamento (ciências e filosofia). A organização do tempo de aula também diferencia-se: seis turnos de duas horas e 15 minutos cada – à exceção de um dia na semana, quando são realizadas as reuniões pedagógicas na escola. O funcionamento por módulos também permite que os estudantes assistam às aulas no horário mais conveniente à sua rotina. Atualmente, a cidade de São Paulo conta com 14 unidades de Cieja em 11 das 14 DREs. (FARIA, 2014)

A flexibilidade dos horários no Cieja está muito relacionada ao mundo do trabalho. Era comum que estudantes de cursos regulares de EJA evadissem, pela incompatibilidade com o horário de emprego. O deslocamento na cidade, os trabalhos por turno, ou noturnos, representavam uma enorme dificuldade para que os alunos continuassem acompanhando as aulas. Neste sentido, a organização por módulos, ciclos e a flexibilidade de horário permitiram que o trabalhador e a trabalhadora, por escala ou turno, tivessem maior liberdade para se organizar e frequentar a escola, o que os trouxe novamente para o sistema de ensino.

A proposta politico pedagógica do Cieja Campo Limpo, coordenado por Eda Luiz, mais conhecida como Dona Eda, ganha destaque. Diante de um quadro de evasão escolar crescente, a coordenadora geral decidiu reunir toda a comunidade escolar e mapear o entorno da escola, no intuito de identificar as oportunidades de trabalho, localizar as organizações não governamentais, empresas, comércio, equipamentos públicos e identificar as lideranças comunitárias. A partir do mapeamento, a equipe gestora, os professores e os estudantes criaram projetos específicos voltados para a integração da escola com o entorno. Assim, todo o currículo passou a contemplar saberes comunitários, além dos conteúdos ditos tradicionais, a partir de projetos de intervenção no bairro.

"Para começar, nós abrimos os portões e fomos consultar a comunidade para verificar como ela via uma escola de jovens e adultos atuando aqui. Depois, a gente percorreu todos os espaços à procura de parceiros nessa região, o posto de saúde, o CREAS, o CRAS. Onde a gente sabia que havia instalado um equipamento público ou pessoas que pudessem nos auxiliar no atendimento dessa comunidade, nós íamos para formar as parcerias", conta a coordenadora geral.

De acordo com Eda, eles não trabalham com a inclusão, e sim com a exclusão: isto é, com todas as pessoas excluídas do sistema tradicional de ensino. Hoje a escola possui mais de mil alunos e uma grande quantidade de estudantes com algum tipo de deficiência (física, intelectual, auditiva e visual) que não se adaptaram a escolas de ensino regular. A garantia de acesso e permanência quali-

ficada dos alunos do Cieja Campo Limpo é um dos pilares da própria organização. Nesse sentido, o mapeamento revelou-se de extrema importância a fim de estabelecer parcerias que fortaleceram seu projeto politico pedagógico.

No entanto, não é apenas a partir da flexibilização e das relações com outras organizações que se garante a permanência do estudante na escola. Dona Eda revela que o primeiro contato com a escola é extremamente importante, pois é o momento do acolhimento. "Sempre recebo os alunos que chegam com algum bilhetinho, ressalva ou com uma papeleta. A papeleta é da Fundação Casa, indicando que o juiz o obriga a estar na escola. Recebo bilhete de diretores perguntando se tem vaga para esse aluno, que teve alguns problemas e não pode mais permanecer lá. Quando ele vem com isso, já traz por detrás uma marca e a gente tenta quebrá-la logo no início", destaca.

Para a coordenadora geral, é no acolhimento que se situa o estudante na escola, que se percebe o momento em que ele está e de que forma poderá avançar. "Para nós, o importante é que o avanço dele seja tal que ele possa disputar as oportunidades iguais quando sair daqui". Por isso, quando jovens em situação de liberdade assistida vão até o Cieja Campo Limpo para se matricular, não se pergunta sobre seus antecedentes, o que os surpreende sempre. "'Coordenadora, a senhora não vai perguntar o crime que eu cometi?', questionam os jovens. 'Não, porque agora você começa uma nova página na sua vida' é a resposta" (GRAVATÁ, 2013, p.29).

O depoimento de um estudante, retratado em uma reportagem do site *Porvir*[3], destaca o empenho de Dona Eda para garantir as condições que os alunos do Cieja precisam para permanecer na escola:

3 Porvir é uma iniciativa do Inspirare, instituto que busca inspirar inovações em iniciativas empreendedoras, políticas públicas, programas e investimentos que melhorem a qualidade da educação no Brasil.

"Eu tinha 38 kg quando cheguei aqui pedindo ajuda. Ela conseguiu uma vaga para mim numa clínica e me prometeu que eu teria uma casinha quando saísse de lá", disse ele. Depois de oito meses de tratamento, recebeu alta e o prometido. Com a ajuda da comunidade, dona Eda conseguiu uma casa e a mobiliou para o rapaz. Agora ele trabalha como cuidador dos 18 alunos cadeirantes da escola e dá conselhos aos jovens envolvidos com drogas. Fica com os irmãos nos fins de semana, enquanto se estrutura para recebê-los. "Minha vida agora tem sentido. Estou aprendendo a amar, a ser amado. Antes eu era só o Alemão. Agora eu sou o Anderson e tudo isso é graças a ela", diz Anderson, abraçando a diretora. (GOMES, 2013)

Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI) do Cieja Campo Limpo



Dona Eda Luiz, coordenadora geral do Cieja Campo Limpo mantém diálogo constante com a comunidade

Também é de suma importância o envolvimento dos estudantes e da comunidade nas decisões relativas ao Cieja: desde a orientação curricular, realizada há anos, até o cotidiano da escola, tudo é discutido coletivamente, em assembleias. A escolha do projeto de intervenção na comunidade é debatida por todos e as propostas estão estritamente vinculadas às demandas locais, como a instalação de lixeiras, a solicitação de semáforos, a criação de uma horta de temperos e ervas medicinais.

A separação entre comunidade escolar e comunidade externa aparece apenas formalmente: o portão está sempre aberto e não é raro que o Cieja Campo Limpo organize e disponibilize almoço para quem não é estudante. No almoço, após todos se servirem, encaminham-se para o salão de eventos, onde diversas mesas redondas acomodam em torno de seis pessoas. É um dos vários momentos de encontro e conversa entre alunos, funcionários e professores. Na perspectiva de fomento a tais diálogos, destaca-se ainda a proposta do Cieja, Café Terapêutico.

Conta-se no Cieja que quando estudantes com necessidades especiais não eram ainda beneficiados com transporte escolar, as mães e pais os levavam para o Centro Integrado e, enquanto esperavam, trocavam experiências sobre como cuidavam de seus filhos, que serviços acessavam, com isso amenizando suas angústias. A partir do momento em que passaram a usufruir do transporte, esses pais e mães perderam o momento de troca e, em conversa com professores, reclamavam da falta destas interações.

De acordo com o blog do projeto Café Terapêutico, o trabalho foi idealizado e é coordenado pelo Professor Severino Batista da Silva, o Billy[4]. Os encontros possuem um tema que é informado aos pais por meio de convites e cartazes espalhados pela escola. Normalmente, são desdobramentos das conversas anteriores ou demandas dos participantes. "No primeiro encontro, em 2008, nosso grupo era de 11 pessoas, dentre elas pais, filhos, professor, gestora e coordenadora. Ao longo do ano o número de participantes foi aumentando, apareceram visitantes, profissionais de outras escolas e instituições, amigos dos alunos, pais de novos alunos, convidados e outros alunos do Cieja que ficavam sabendo dos encontros do Café Terapêutico pelos convites e cartazes que eram colocados na escola", informa a página virtual.

Uma variedade de recursos é utilizada para que o assunto do dia seja tratado: pequenos textos, músicas, audição de mensagens, histórias compartilhadas pelos estudantes e familiares, apresentações e trechos de filmes produzidos pelos alunos, visualização de fotos de passeios e momentos na escola. O projeto Café Terapêutico foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo na 2ª edição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos.

O portão aberto do Cieja parece representar a metáfora do seu projeto politico pedagógico. Traduz a dedicação da escola em receber todos os que desejam retomar ou dar continuidade aos estudos. A inserção das questões comunitárias na escola, assim como a própria comunidade, torna o Cieja uma referência importantíssima para toda a região, como é possível deduzir, a partir do comentário de uma mãe, em uma matéria do Centro de Referências em Educação Integral:

> *Eu sou mãe, e agora aluna do Cieja Campo Limpo, depois de várias frustações em outras escolas causando três boletins de ocorrência, de bulling, agreções físicas e maus tratos da parte de funcionários das escolas para com meu filho, me orientaram o Cieja, fui conferir, como me foi pedido pelo Profº Billy a chance de iniciarem um trabalho de socialização com meu filho Davi Feitosa De Andrade ,E hoje, como disse no inicio sou mãe e aluna do Cieja Campo Limpo.. Adoro todo trabalho feito p/ todos p/la, Acho c/todo respeito, Quando a Diretora EDA se for, VAI P/ O CÉU c/tripa e tudo, mais um bilhetinho meu p/ JESUS cuidar muito bem da Diretora EDA. Gostaria de ter bastante recursos p/ajudar no que foce preciso, p/q/a Eda não se preocupasse mais c/assuntos financeiros do Cieja Campo Limpo, por isso vou estudar e estudar, EDA*

4 Disponível em http://cafeterapeuticoCiejacampolimpo.zip.net - último acesso em 23/07/2015.

p/ futuramente exercer cargo politico voltado para inclusão social. Hoje sou feliz p/ fazer parte da familia Cieja CAMPO LIMPO… EDILEUSA CAMILA FEITOSA[5]

Por sua vez, o Cieja Aluna Jéssica Nunes Herculano, também conhecido como Cieja Butantã, também trabalha com os excluídos e a escolha de seu nome representa uma forte declaração: Jéssica Nunes Herculano foi aluna desta unidade. Portadora de Síndrome de Williams[6], faleceu em 13 de agosto de 2010. A trajetória de Jéssica pode ser encontrada no site da Associação Brasileira da Síndrome de Williams[7] e demonstra o percurso da estudante e de sua família para conseguir efetivar seu direito à educação. Muitos são os adolescentes que, por diversas razões, tiveram seus percursos escolares interrompidos e no Cieja encontraram acolhida.

Sua proposta pedagógica, assim como a de todos os Ciejas do município, foi elaborada coletivamente entre os anos 2007 e 2008[8] e são construídos com os alunos, por meio de assembleias, os combinados, os temas de estudo e qualquer outra questão que precise ser resolvida.

A proximidade com uma unidade da Fundação Casa também o torna uma das opções mais escolhidas para o acolhimento de jovens e adolescentes em conflito com a lei. Os coordenadores pedagógicos Laura Cymbalista e Sérgio Almeida destacam a parceria com Centro Social Santo Dias no acompanhamento mais dedicado àqueles que cumprem Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA). Ao mesmo tempo, o Cieja também representa uma opção para as escolas da rede pública que querem encaminhar adolescentes quando atingem a idade mínima para o acesso à educação de jovens e adultos.

Como é parte da proposta da unidade a reflexão constante e o compartilhamento de conhecimento, a comunidade escolar está se dedicando, coletivamente, a refletir se o desenho atual de organização, bem como os materiais disponíveis, são adequados para acolher e responder aos anseios dos adolescentes que cada vez mais se fazem presentes no Cieja Butantã.

5 Disponível em http://educacaointegral.org.br/experiencias/Cieja-campo-limpo-reformulou-o-curriculo-para-fortalecer-a-autonomia-dos-estudantes - último acesso em 23/07/2015.

6 Desordem genética que geralmente traz transtornos no equilíbrio, coordenação e atraso no desenvolvimento psicomotor.

7 Disponível em http://swbrasil.org.br/relatos/jessica-nunes-sao-paulosp - último acesso em 24/07/2015.

8 Ver no capítulo Mobilização Social, pág. 69, sobre a elaboração curricular do Cieja.



Atividade intergeracional no Cieja Butantã

TUTORIA EM AÇÃO

Um outro exemplo de proposta curricular inovadora encontra-se na EMEF Desembargador Amorim Lima, localizada no distrito do Butantã. Em meados de 1990, a escola deu iníciou a um movimento de enfrentamento à evasão escolar e, para isso, a nova gestão decidiu transformar o espaço em um ambiente mais atrativo para crianças e jovens, retirando os alambrados do pátio e abrindo o espaço à comunidade.

A partir do envolvimento das famílias, moradores e organizações do entorno (processo descrito no capítulo **Mobilização Social**), o Conselho da Escola foi fortalecido e se iniciou um projeto para melhorar a qualidade da educação na escola.

Para tal, foi instituída uma comissão responsável por realizar uma avaliação diagnóstica. Os resultados indicaram problemas como a indisciplina, o alto índice de faltas e as aulas vagas devido à ausência de professores. Durante todo aquele ano, continuaram os debates sobre possíveis estratégias de enfrentamento dos problemas diagnosticados. Em 2003, ao examinarem o Projeto Político Pedagógico, a Comissão e o Conselho de Escola notaram dissonâncias entre o que estava escrito no papel e a prática cotidiana da escola. Ao conhecerem a proposta da

Escola da Ponte, em Portugal, a escola decide implantar um projeto semelhante.

De modo geral, a proposta pedagógica da Amorim Lima abre mão da organização por sala de aula e por disciplina, baseando-se na prática da tutoria. Assim, cada aluno e aluna tem um educador tutor como referência que é responsável pelo acompanhamento e avaliação do progresso de cada estudante do seu grupo[9]. Ao longo do ano, os alunos recebem roteiros de perguntas e tarefas que precisam ser completadas por meio de pesquisa em diversas fontes (além dos livros didáticos, também pode se recorrer a outras fontes de informação, como a internet ou pesquisas *in loco*).

Não há organização em salas de aula, mas sim em dois salões: um para o ciclo I e outro para o ciclo II, no qual os estudantes sentam-se em mesas para quatro pessoas, a fim de realizarem seus estudos. Embora eles possam desenvolver um roteiro distinto dos outros ocupantes da mesa – dado que cada um escolhe qual deseja desenvolver –, são estimulados a colaborarem com os colegas. Cerca de cinco professores circulam pelo salão para esclarecer dúvidas ou conceitos. Ao final do roteiro, o estudante preenche um portfólio com suas aprendizagens e o entrega ao tutor, que fará uma avaliação e entregará o roteiro seguinte. Dessa forma, o aluno é convidado a se responsabilizar pela construção de seu conhecimento e pelo seu tempo de aprendizagem, o que estimula sua autonomia.

Outras parcerias fortalecem a proposta pedagógica da EMEF para além dos limites do bairro. Aulas de grego-latim são oferecidas no contraturno, fruto de uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP). Já o projeto Escolas que Inovam, desenvolvido com a Fundação Telefônica Vivo e o Instituto Natura[10], iintegra as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) à formação docente. Além de avaliar o resultado nas aprendizagens dos alunos, maximiza o potencial de outras práticas inovadoras das instituições, por meio de uma plataforma digital.

A reorganização pedagógica – agregada às parcerias esta-

O aprendizado ganha espaço nos salões da EMEF Des. Amorim Lima



9 Cada tutor tem cerca de 20 alunos por período e semanalmente cada tutor tem um encontro de cinco horas com seus alunos. Inclusive a diretora do Amorim Lima, Ana Elisa Siqueira, possui uma turma de tutoria.

10 Além de outros já desenvolvidos e encerrados com a Fundação Abrinq, Projeto Crer para Ver, Fundação Camargo Correia, entre outros.



Aluna da EMEF
Des. Amorim Lima

belecidas – possibilita o acesso a produções culturais e intelectuais necessárias para a constituição do saber e conhecimento. E, intrinsecamente vinculada ao projeto político pedagógico, a democracia é considerada uma experiência essencial e, portanto, extremamente valorizada pela gestão e comunidade escolar. As comissões e conselhos funcionam na medida em que há um grande estímulo à vivência democrática. O grêmio estudantil da escola, mobilizado e organizado, foi premiado pelo 2º Prêmio Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, como mencionado anteriormente. Um exemplo de que o caminho democrático é um investimento da escola.

Mesmo no dia a dia escolar, essa experiência é valorizada e potencializada para ser a forma prioritária de solução de conflitos, como em um caso relatado pela diretora Ana Elisa Siqueira. Havia um menino que importunava a turma toda e ninguém queria sua participação nos grupos. Quanto mais rejeitado, mais provocava e o ciclo não se interrompia. A solução foi envolver o grupo todo em uma conversa franca. O garoto expressou a razão de seu comportamento e, do mesmo modo, ouviu de seus colegas que sua participação era importante, mas que sua forma de relacionamento com os colegas precisava mudar. Assim, rompeu-se o ciclo. "O grupo todo opinou: queriam ele na sala, mas de outro modo, e o ajudaram nessa mudança. Com isso, a situação se resolveu", revela a Ana Elisa. Em uma escola mais rígida, certamente a possibilidade de que o menino fosse encaminhado à diretoria seria mais provável, o que não contribuiria da mesma forma para sua responsabilização diante do coletivo e amadurecimento pessoal.

Desse modo, as mudanças realizadas na EMEF Desembargador Amorim Lima resultaram de uma proposta curricular inovadora que, ao propor uma outra relação com o conhecimento, com as crianças e adolescentes e, também, com a comunidade, apostou na autonomia e na participação coletiva como elementos fundamentais para a formação dos estudantes.

BAIRRO EDUCADOR

Não coincidentemente, o trabalho da EMEF Presidente Campos em Heliópolis encontra-se alinhado aos princípios da proposta pedagógica da EMEF Desembargador Amorim Lima. A despeito de suas particularidades, esta última esteve entre as experiências que inspiraram as mudanças na escola.

Até 1995, aproximadamente, a escola Campos Salles era conhecida como a escola dos "marginais" e "baderneiros", como descrito no site da EMEF[11]. Naquele ano, houve a mudança da equipe gestora, e Braz Rodrigues Nogueira[12], mais conhecido como Braz, passou a assumir a direção da unidade. Frente ao desafio do estigma da escola na comunidade, o novo diretor organizou o ambiente escolar em torno de duas ideias: a) a escola como o centro de liderança e b) tudo passa pela educação. Neste contexto, segundo Braz, isso significava dizer que a EMEF e a educação seriam os pontos de articulação com a comunidade.

A partir de um processo de mobilização social, descrito no capítulo de mesmo nome (pág. 69), um Polo Cultural de Heliópolis foi paulatinamente sendo construído[13]. Atualmente, este polo é composto por uma Escola Municipal de

11 Disponível em https://campossalles.wordpress.com/historico-da-escola/ - Último acesso em 17/08/2015

12 Atualmente, Braz é Diretor Regional de Ensino Ipiranga. A atual diretora da EMEF Pres. Campos Salles é Rosemeire Schimidt.

13 O arquiteto Ruy Ohtake é o responsável pelo projeto arquitetônico do Polo Cultural e de uma série de intervenções ocorridas em Heliópolis. Após uma revista atribuir a ele a declaração de que Heliópolis era o lugar mais feio de São Paulo, a UNAS entrou em contato e lançaram para ele o desafio de contribuir para a transformação do bairro. Assim, em 2004 iniciou-se o trabalho conjunto da comunidade de Heliópolis com o arquiteto.

Educação Infantil (EMEI), três Centros de Educação Infantil (CEI), um Centro Cultural, um teatro infantil e uma Escola Técnica Estadual (ETEC), além da EMEF Presidente Campos Salles. Conta ainda com um Espaço Multiuso – que pode ser utilizado como teatro e cinema –, um Ginásio Poliesportivo, com infraestrutura que segue padrões oficiais de competição, proporcionando a realização de competições de futsal, vôlei, handebol e basquete. Em abril de 2015, o Polo Cultural foi renomeado como CEU Professora Arlete Persoli, em homenagem à primeira gestora do Polo Cultural, falecida em 2014.

A referência hoje de equipamentos de educação não é a escola apenas, ou o CEU, compreende-se que o bairro todo é educador, nomeado nesta comunidade como o Bairro Educador de Heliópolis. O conceito de bairro educador está vinculado à experiência de diversas cidades no Brasil e no exterior que articulam potenciais educativos de um bairro, ou cidade, de forma a serem aproveitados pela escola, ainda que não estejam dentro de seus muros. Essa concepção não se esgota nos equipamentos culturais notadamente reconhecidos como educativos – a exemplo de museus, teatros, cinemas –, mas também nas feiras de bairro, nas praças, no caminho que as crianças fazem para ir à escola, nas histórias do território e de seus moradores. A defesa do bairro educador é a de que é possível aprender em todos os lugares, seja matemática, história, geografia, ecologia, sustentabilidade, cidadania.

> *Nessa perspectiva, a escola não está apartada do seu contexto, tampouco o submete ao seu modelo tradicional [...]. Ela dialoga com esse contexto como parte integrante da dinâmica local, como um ativo da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento. A escola assume como objeto de seu trabalho a formação de sujeitos autônomos e integrados ao seu contexto sociocultural, capazes de produzir um conhecimento relevante para eles próprios e para o mundo. Essa proposta exige que a escola se reorganize integralmente e que os espaços de discussão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) sejam permanentes e plurais, com a participação dos estudantes, professores, pais e comunidade em geral, fazendo com que o projeto pedagógico da escola seja orientador de sua prática. Nessa configuração, os pais e a comunidade não se sujeitam a um modelo previamente definido, mas atuam como elementos centrais da proposta pedagógica da escola, e a construção democrática do PPP pressupõe a criação de legitimidade dessa escola no contexto, e da articulação de seu trabalho às questões pertinentes à comunidade local. (COSTA, 2015, p.18)*



Na EMEF Pres. Campos Salles o aprendizado como processo coletivo

A concepção dialoga diretamente com a proposta de Bairro-escola desenvolvida pela Associação Cidade Escola Aprendiz. Para a organização, a qualidade da educação relaciona-se diretamente com a perspectiva de garantia do desenvolvimento integral dos indivíduos nas suas dimensões cognitiva, emocional, motora, social e simbólica, a partir de uma rede constituída no território e articulada à escola. Dessa forma, a escola precisa estar articulada às oportunidades educativas que estão fora de seus muros - no entorno, no bairro, na cidade - para imprimir maior qualidade a seu Projeto Político Pedagógico. Nessa perspectiva, o Bairro-escola é uma proposta de "(...) aprendizagem compartilhada que articula e aproxima escolas, comunidades, organizações sociais, empresas e poder público, a fim de promover condições para o desenvolvimento integral de indivíduos e territórios, com especial atenção às crianças, adolescentes e jovens."[14]

14 Disponível em http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/bairro-escola – último acesso em 02/08/15.



Aluno da EMEF Pres. Campos Salles

05

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Em uma sociedade economicamente desigual, o acesso e a garantia de direitos também reflete essa desigualdade. Assim, muitas vezes a mobilização social é o único caminho possível a fim de garantir alterações nesse cenário. Diversas escolas públicas caminham nesse sentido, mobilizando suas comunidades interna e/ou externa para que as crianças e adolescentes tenham seus direitos - promulgados por diversas leis, como a Constituição Federal e o ECA –, assegurados pelo Sistema de Garantia.

A ideia de mobilização social está relacionada à combinação de três condições básicas e fundamentais: que a realidade na qual as comunidades estão inseridas é passível de transformação; que as pessoas envolvidas precisam compartilhar dos mesmos desejos, sentidos, as mesmas vontades (TORO e WERNECK, 1996) e, por fim, que estas pessoas possuam a capacidade de agirem em conjunto (ARENDT, 2000). Compreender que a realidade é passível de mudança é fundamental para que o movimento de transformação, dinâmica histórica da humanidade, seja retomado. Por sua vez, compartilhar desejos e vontades é a força necessária para que o movimento se efetive. E, finalmente, a capacidade de agir em conjunto como mecanismo pelo qual força e movimento são combinados em direção ao mundo público, portanto, político.

Todas as escolas identificadas com boas práticas cumprem essas condições básicas, percebendo que as situações das crianças, jovens e adolescentes

são passíveis de transformação. Buscam por famílias, empresas, representantes de equipamentos públicos e de organizações da sociedade civil, enfim, parceiros que compartilhem do mesmo entendimento e consigam organizar-se e agir conjuntamente na esfera pública por meio de ações políticas, que superem o caráter assistencial. Ainda que todas as boas práticas apresentadas nesta sistematização apresentem algum grau de mobilização social, os casos aprofundados neste capítulo – EMEF Desembargador Amorim Lima, EMEF Presidente Campos Salles e EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte – destacam-se por serem ilustrativos destes processos mobilizadores e pelas conquistas que têm alcançado.

A transformação do currículo e da proposta pedagógica na EMEF Desembargador Amorim Lima, mencionada no capítulo **Proposta Curricular Inovadora** (pág. 49), ocorreu a partir da mobilização social. O primeiro passo para a aproximação da escola com a comunidade foi a abertura, aos finais de semana, de seus portões. Assim, o espaço escolar passou a ser de usufruto comum e não apenas restrito aos estudantes. A partir desse movimento inicial, alguns pais e alunos aproximaram-se da escola para desenvolver atividades extracurriculares não só aos fins de semana, mas também em dias úteis. Tal aproximação contribuiu para que o Conselho de Escola fosse fortalecido e tivesse início um debate sobre a melhoria do aprendizado e da convivência entre os estudantes.

O projeto político-pedagógico dessa EMEF recebe influência direta da Escola da Ponte e não se encerra nos muros da escola. Nesse sentido, a participação da comunidade é fundamental para que a proposta avance. A biblioteca é organizada por um grupo de familiares de alunos, garantindo a qualidade no acesso para que os estudantes possam realizar suas pesquisas. Em vez de professores e funcionários precisarem organizar os eventos da escola, há outro grupo de familiares que responsabiliza-se por isso, liberando os docentes para que se dediquem mais ainda aos estudantes. Atividades extracurriculares, oficinas e cursos também estão são organizados pela comunidade.

Nesse processo, o protagonismo de crianças e adolescentes possui destaque. Eles são responsáveis pela construção do próprio conhecimento ao elaborar seus roteiros de estudo e também pela representação discente, por meio do grêmio estudantil. A participação de pessoas sem vínculos diretos com a



Roteiros norteiam aprendizagem dos estudantes na EMEF Des. Amorim Lima

escola, no desenvolvimento de atividades abertas a toda a comunidade, como os saraus, também é parte da realidade da EMEF e contribui para que ela mantenha os laços de proximidade com o entorno. Na unidade é desenvolvido um projeto de capoeira e ação Griô, o que transformou a Amorim Lima em um Ponto de Cultura.

O envolvimento constante da comunidade – crianças, jovens e adultos – garante na EMEF Amorim Lima as condições necessárias para a implantação e manutenção da proposta pedagógica. Tal mobilização consiste em uma das principais forças motrizes do que hoje é considerada uma escola viva e democrática.

TRANSFORMANDO MEDO EM ORGULHO

As histórias da EMEF Presidente Campos Salles, mencionadas no capítulo **Proposta Curricular Inovadora** (pág 49), assim como da região de Heliópolis, estão intrinsecamente conectadas a processos de participação social.

A partir de 1971, a região foi alojamento "provisório" de 153 famílias oriundas das favelas Vila Prudente e Vergueiro, de trabalhadores empregados na construção do Hospital Heliópolis e do Posto de Assistência Médica, além de outras famílias que buscavam moradia. A ocupação desordenada ocorreu concomitantemente ao risco de despejo pelo poder público e à ação de grileiros que, em posse de documentos falsos, cobravam pelo uso dos terrenos. A necessidade de melhores condições de sobrevivência e moradia possibilitou a ação conjunta de diversas lideranças. Era fundada, em 1980, a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS). Essa entidade é até hoje, uma das principais parceiras da EMEF Presidente Campos Salles, que até meados de 1990 era negada pela comunidade do entorno, a ponto de ter seus equipamentos roubados constantemente. Com a chegada de Braz Nogueira à direção, a escola passou a envolvê-la e a convidá-la a compor seu cotidiano escolar.

Assim, o primeiro movimento foi o de identificar as lideranças de cada segmento e convidá-las para a construção de um projeto coletivo integrador entre escola e comunidade. Fortaleceu-se o Conselho Escolar por meio de atividades desenvolvidas na EMEF que facilitaram a aproximação com a UNAS. Essa proximidade cimentou as condições para que, em 1999, após o assassinato de uma aluna, escola e associação comunitária se organizassem e construíssem uma história indissociável. Da organização da I Caminhada pela Paz pelas ruas de Heliópolis – hoje na sua 17ª edição – nasceu o Movimento Sol da Paz que hoje mobiliza também outras comunidades, como o Parque Bristol, bairro no qual está inserida a EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena, também citada neste estudo, no capítulo **Relações com Equipamentos Locais** (pág 49).

O envolvimento da comunidade com a escola, os planejamentos e ações desenvolvidos conjuntamente, a articulação com Organizações Não Governamentais e com representantes do poder público fortaleceram tanto a UNAS como a EMEF e resultaram em diversas melhorias no entorno da escola e no bairro. A mobilização social possibilitou, por exemplo, a derrubada de paredes e grades da EMEF e a criação do Polo Cultural, que hoje se transformou no CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli.

A sinestesia entre escola e comunidade em Heliópolis é uma marca que garante a jovens e crianças o acesso a um território educativo, em que uma série de serviços públicos, órgãos governamentais e projetos possibilitam a garantia de direitos. Desse modo, é impossível separar o que é conquista da associação do que é conquista da escola. A EMEF e a UNAS possuem uma mesma missão: contribuir para transformar Heliópolis em um bairro educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade.

Nesse caminho, é fundamental a rede que se constitui, propiciando o enfrentamento de vulnerabilidades e a oferta de uma gama de serviços e equipamentos aos quais crianças, adolescentes, jovens e adultos têm acesso, garantindo dessa forma direitos que poderiam antes ser violados. Por exemplo, a UNAS possui gestão[1] em treze Centros de Educação Infantil (CEI), onze Centros

1 Disponível em http://unas.org.br/?q=node/2 - último acesso em 31/07/2015.

para Crianças e Adolescentes (CCA), oito Núcleos do Movimento de Alfabetização e Melhor Infância (MOVA). Além disso, gerencia três telecentros que atuam em parceria com a Secretaria Municipal de Serviços; duas unidades de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Núcleo de Proteção Jurídico-Social e de Apoio Psicológico (NPJ); Serviço de Assistência Social à Família em Domicílio (SASF)[2] em parceria com SMADS; Assistência Jurídica em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e Projeto Parceiros da Criança e Adolescente desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

A cultura também possui papel importante nessa integração, por meio de muitas iniciativas na comunidade - todas desenvolvidas pela UNAS: o projeto Jovens Alconscientes de Heliópolis, realizado pela AMBEV em parceria com a SMDHC; a Biblioteca Comunitária de Heliópolis, fruto de uma parceria com a Fundação Carlos Chagas com o apoio de Ruy Ohtake e a Fundação Belas Artes; a Rádio Comunitária Heliópolis, entre outros. Voltados à qualificação profissional, estão os projetos: Coletivo Heliópolis, que conta com a parceria do Instituto Coca-Cola; Leo Educa – Escola de Marcenaria, parceria com o Instituto Leo Madeiras/Senai; e o Projeto Costurando Renda, desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal. Além de projetos voltados à saúde, moradia, mulheres, juventude e às políticas LGBT[3].



A ausência de muros da EMEF Pres. Campos Salles fortalece sua integração com o entorno

2 O SASF tem como objetivo fortalecer a função protetiva da família, prevenindo agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais e desenvolver ações junto a idosos e pessoas com deficiência, dado a necessidade de prevenir confinamento e o isolamento, por meio da proteção social no domicílio. Voltado para famílias ou pessoas beneficiárias de P rogramas de Transferência de Renda (PTR), como o Bolsa Família, por exemplo, prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades e benefícios assistenciais. Pessoas idosas e pessoas com deficiência que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); famílias ou pessoas com precário ou nulo acesso aos erviços públicos, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social identificada no território e validada pelo CRAS. No presente caso, é desenvolvido o Programa Famílias da Liga Solidária, por meio de convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e com a Secretaria Municipal de Educação.

3 Para maiores informações acerca dos projetos e atuação da UNAS, consultar http://unas.org.br/?q=node/2 - Último acesso em 05/08/2015

O protagonismo de crianças e adolescentes possibilita a continuidade de um processo de transformação da realidade na região. Desse modo foi criada a República dos Estudantes da EMEF Presidente Campos Salles, com eleição direta para prefeito ou prefeita, vice-prefeito ou vice-prefeita e vereadores e vereadoras. Os estudantes podem experimentar a vida política por meio da organização e mobilização de seus pares e da comunidade, reivindicando direitos e propondo ações, como mencionado no capítulo **Participação Política de Crianças, Adolescentes e Jovens** (pág. 37).

MOBILIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA

É a partir da compreensão de que escola e comunidade são corresponsáveis pela educação, que a UNAS e a EMEF Campos Salles têm se tornado elementos estruturantes do Bairro Educador de Heliópolis.

No mesmo sentido, é o entendimento de que a escola é um dos locais de promoção de direitos, que faz com que a EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte procure interlocutores a fim de garantir às crianças, aos adolescentes e às famílias condições que possibilitem o acesso a uma educação de qualidade. Há cinco anos, a gestão da escola vem mobilizando a comunidade escolar para debater sobre maneiras de assegurar aos alunos condições mínimas de se manter na escola.

Uma forma de enfrentar a resistência interna ao novo enfoque foi investir na formação de professores. Para tanto, em parceria com a FEUSP[4], realizam reuniões com a comunidade escolar – corpo docente, funcionários (as) não-docentes, estudantes e suas famílias – nas quais são debatidos os requisitos necessários para a realização do direito à educação. Outra estratégia para superar as objeções é mostrar na prática que os encaminhamentos tirados nos debates podem ser concretizados quando a escola mobiliza a rede.

A partir de convênios estabelecidos com a Prefeitura do Município de São Paulo, a Liga Solidária consegue garantir o acesso ao serviço de saúde dos estudantes da EMEF e de outras escolas da região. O atendimento aos estudantes

4 No âmbito da pesquisa explicitada no capítulo Relação com Equipamentos Locais.

pelo Centro para Crianças e Adolescentes (CCA)[5], localizado dentro do Educandário Dom Duarte, demonstra também que é possível a escola ser mediadora entre alunos, famílias e serviços.

O mesmo ocorre com os atendimentos que, por intermédio da escola, são realizados na UBS/AMA Vila Borges. Dentre vários casos, a diretora da EMEF Educandário Laura Clemente relata um em que o aluno precisava ser acompanhado para o atendimento em um dos serviços, mas nem sempre a família tinha como ir e, sem acompanhante, não haveria atendimento. Frente a esse desafio, foi decidido que, na impossibilidade da família estar presente, um funcionário o acompanharia, esperaria o atendimento e retornaria com ele para a escola[6]. "Meus funcionários são um dos meus grandes parceiros", orgulha-se.

Exemplos como o citado acima reforçam que é fundamental a aposta da EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte na mobilização e criação de parcerias com agentes externos à unidade escolar, para que sua comunidade interna movimente-se e engaje-se em uma proposta de escola promotora de direitos.

DEFENDER E REFORMULAR

O impacto da mobilização social também foi grande nas experiências dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (Ciejas). Como mencionado no capítulo **Proposta Pedagógica Inovadora** (pág 49), o modelo educativo oferecido para jovens e adultos na modalidade EJA não atendia mais de forma satisfatória a necessidade de parte da população que já havia tido seu direito elementar à educação violado. Assim, era necessário transformar e criar uma alternativa. O Cieja, ao organizar sua proposta em módulos que permitem a flexibilidade de horários para acompanhamento das aulas, deu novo alento àqueles que queriam retomar – ou iniciar – seus estudos.

5 Para uma descrição mais específica dos serviços disponibilizados no Educandário Dom Duarte, consultar o capítulo Relação com Equipamentos Locais.

6 Estabelecido com a anuência da família.

Em 2007[7], a Secretaria Municipal de Educação sugeriu que os Ciejas fossem fechados e os alunos encaminhados à rede tradicional, em cursos noturnos. A força da mobilização social foi importante para evitar esse desfecho. Ao saber da presença do então secretário municipal de educação, Alexandre Schneider, em uma escola próxima, a coordenadora geral do Cieja Campo Limpo, Eda Luiz, mobilizou alunos, comunidade e professores para seguirem ao encontro dele. Foi então agendada uma visita do secretário para conhecer a unidade do Campo Limpo. Durante o encontro, Schneider lançou um desafio: a elaboração de um projeto para todos os Ciejas. Eda aceitou e, junto com as outras 13 unidades do município, construiu coletivamente a reformulação do projeto pedagógico e curricular, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação em 2009 (FARIA, 2014).

MOBILIZAÇÃO POR PROJETOS

O desenvolvimento de projetos também se apresenta como propulsor da mobilização de alunos, funcionários e comunidades. Na EMEF Solano Trindade, por exemplo, está em desenvolvimento um projeto de extensão da Faculdade de Educação da USP[8] cujo objetivo é criar o Memorial Solano Trindade. Tendo a escola como centro aglutinador da comunidade, a proposta reúne estudantes e professores que realizam pesquisas no bairro e em outras fontes para resgatar a história oral e documental do local. Ao entrarem em contato com o passado do lugar onde moram, os alunos têm a possibilidade de refletir sobre sua região, desvelando a história que há por trás do território e que eles também compartilham.

Como consequência das reflexões provocadas, muitas vezes são organizadas atividades de intervenção no território. Contíguo ao muro da escola está o Córrego Itaim, objeto de reflexão das turmas participantes do Centro de Memória. Desde 2010, debates vêm desencadeando ações a fim de mobilizar tanto a comunidade como o poder público para o descarte correto do lixo, para compartilhar o conhecimento que se produziu e para a construção de um parque linear.

7 Gestão José Serra/Gilberto Kassab – Serra foi eleito em 2005 e renunciou ao mandato em 2006 para concorrer às eleições para governador, assumindo seu vice-prefeito, Kassab. O secretário da Educação era, nessa época, Alexandre Schneider.

8 Sob coordenação da professora Elisabeth Braga.

O coletivo também executa a limpeza constante do córrego. Essa experiência conquistou o 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos em 2013, na categoria Relato de Experiência com o texto "Córrego limpo, comunidade viva" (SÃO PAULO - SP, 2014).

A EMEF Professora Maria Alice Borges Ghion desenvolve uma iniciativa semelhante à da EMEF Solano Trindade. Trata-se do Centro de Memória COHAB Raposo Tavares, que conta também com o apoio do projeto de extensão da FEUSP. Ao resgatar as memórias individuais e coletivas dos moradores, o projeto busca valorizar a identidade da comunidade, que se formou após a tragédia do desmoronamento da Favela Nova República, em 1996. O território traz como herança histórias de superação, tristeza e esperança.

Nesse sentido, o bairro tornou-se conteúdo pedagógico a ser aprendido e valorizado positivamente pelos alunos. E a história de luta nele impressa torna-se estímulo mobilizador para esses jovens. A experiência do Centro de Memória Solano Trindade foi laureada na primeira edição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos e a EMEF Maria Alice Borges Ghion foi premiada no ano seguinte, ao relatar a história de seu projeto.



O CEU Profª Arlete Persoli é uma conquista da comunidade



Pais participam ativamente na EMEF Des. Amorim Lima, auxiliando alunos na biblioteca

SOMANDO FORÇAS PARA GARANTIR OUTROS DIREITOS

Indubitavelmente, é a mobilização social que está por detrás das atividades desenvolvidas pelo Fórum Regional da Criança e do Adolescente de Pinheiros. E é essa mobilização, já mencionada no capítulo **Participação Política de Crianças, Adolescentes e Jovens** (pág. 37), que estimula os jovens e adolescentes da EMEF Doutor José Dias da Silveira a se organizarem e desenvolverem uma parceria com o Hospital Premier. Nessa interação, fazem leituras para os idosos acamados e têm contato com diversas histórias de vida.

É também a mobilização comunitária a é responsável por intensificar a relação dos moradores do entorno da escola com a UBS Jardim Edite. Além de oferecer os programas e campanhas tradicionais, a unidade estabelece reuniões mensais para garantir a promoção de outros direitos. É por meio do Foca que as crianças e adolescentes da EMEF são mobilizados a encontrar outros estudantes e debater temas e direitos que consideram importantes.

Ao entrarem em contato com outras realidades, os alunos da EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto são capazes de fazer comparações e, mais importante, elaborar reivindicações que acham justas. Além disso, mobilizam seus pares por meio do grêmio estudantil e compartilham as informações que obtiveram nos encontros, divulgando ainda a rede de proteção a que estão vinculados.

Para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes, os processos de mobilização social, muitas vezes, precisam lidar com políticas públicas já estabelecidas, como nos casos em que a territorialização de um serviço não é condizente com a de outros equipamentos. Por exemplo, a EMEF Doutor José Dias da Silveira está localizada no bairro do Brooklin, mas, pela Secretaria Municipal de Educação, está vinculada à DRE Butantã. A rede de proteção da região do Butantã inclui o Conselho Tutelar de Pinheiros e os serviços de Assistência Social (CRAS e CREAS).

No entanto, se uma aluna dessa escola mora na comunidade do Real Parque, ela está vinculada a outro Conselho Tutelar, outro serviço de assistência social e outro de saúde. Ou seja, o local onde mora é determinante para o seu atendimento. Isso significa que, se a EMEF Doutor José Dias da Silveira e a rede de proteção da qual essa escola faz parte entenderem que essa aluna precisa do acompanhamento da assistência social, é necessário que haja outra articulação, envolvendo esses outros serviços para que seu direito possa ser garantido.

Assim, ao longo deste capítulo foram abordados diversos exemplos de como a mobilização social das escolas está relacionada ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em uma sociedade desigual, a promoção e a garantia de muitos desses direitos são ações políticas, frutos de processos de mobilização de pessoas, serviços, organizações que queriam, de fato, transformar a realidade.

06

CONCLUSÃO

Aluno da EMEF Profª Mara Cristina Tartaglia Sena

PONTOS EM COMUM

A diversidade das experiências relatadas parece reforçar a ideia de que, apesar dos desafios, muitos e potentes são os caminhos para que as escolas articulem-se ao Sistema de Garantia de direitos e, na integração com seu entorno, garantam o desenvolvimento integral de seus estudantes.

A despeito de suas especificidades, todas as práticas consideradas exitosas retrataram um trabalho intencionalmente constituído e não meras ações pontuais, como um maior número de encaminhamentos, protocolos ou ofícios. A efetividade das ações empreendidas neste formato reforça o pressuposto de que o desenvolvimento pleno das crianças e jovens de um território só ocorre quando tal tarefa é assumida de forma coletiva, com poder público e sociedade civil corresponsabilizando-se por sua efetivação.

DESAFIOS

Quando uma pessoa, escola ou outro equipamento decide realizar ações articuladas para aprofundar a defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens, logo depara-se com a ausência de "receitas". Como revelaram os casos pesquisados, é imprescindível ajustar expectativas e planejar ações conjuntas que levem em consideração o cenário local, e a perspectiva continua de planejamento, em vista dos novos desafios. Nesse sentido, conhecer a diversidade de outras

iniciativas e as principais questões que impactaram, ou ainda impactam seus percursos, é bastante fortalecedor de tais iniciativas.

Outro elemento que chama a atenção na pesquisa é a personalização de processos. Muitas das práticas apresentadas foram concretizadas pelo empenho de pessoas que decidiram levar adiante propostas de alguma forma inovadoras. Às vezes um diretor, um coordenador pedagógico ou outro agente do Sistema de Garantia. Considerada em alguma medida uma estratégia frágil, tal característica revela-se uma realidade. Nos casos citados, porém, evidenciou-se que estas pessoas, ao darem início a tais processos, visavam o envolvimento da coletividade a todo momento, o que aos poucos consolidou-se como um propósito compartilhado.

A promoção, acesso e cumprimento dos direitos do cidadão devem ser garantidos independentemente do operador do sistema de garantia, ou da relação entre operadores. A despeito desta máxima, muitas das experiências apresentadas destacaram a importância e, às vezes, a dependência, da boa vontade, ou laços de amizade, para a concretização de processos. Durante as entrevistas, frases como "a gente foi criando uma amizade" e "fomos ficando próximos" apresentaram-se com alguma constância, o que denotou a fragilidade de uma estrutura que, por si só, ainda não é constituída. Ao menos na maior parte dos casos.

Em vez da sobreposição de ações isoladas e desconexas, fica evidente que são necessárias ações coordenadas, articuladas e integradas entre os diversos órgãos, autoridades e entidades governamentais e não governamentais, de preferência de maneira institucionalizada, com vistas a tornarem-se efetivas e sustentáveis nos territórios.

Não à toa, muitas das escolas identificadas neste levantamento, ao mesmo tempo em que atuam na promoção de ações locais, reivindicam ajustes e alterações nas políticas públicas.

Na contramão destes casos, destaca-se a ação de algumas diretorias regionais, que têm apoiado estruturalmente o trabalho de articulação das escolas com o Sistema de Garantia, seja pela articulação interna de seus próprios programas, seja pela proximidade e compartilhamento de estratégias com outras secretarias. Este trabalho tem se mostrado fundamental para a sustentabilidade das ações relativas à promoção de direitos pelas escolas.



Atividade de Xadrez na EMEF Profª Isabel Viera Ferreira

CAMINHOS POSSÍVEIS

As escolas são eixo fundamental do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Como instituição pública de acesso gratuito e universal, têm um papel central nesta engrenagem. No contato cotidiano com os alunos e nos vínculos que estabelecem com estes e suas famílias, os educadores e gestores das escolas tem a possibilidade privilegiada de identificar possíveis negligências e desafios enfrentados na efetivação dos seus direitos, assim como identificar seus interesses e necessidades.

No entanto, o cotidiano e a estrutura escolar muitas vezes não favorecem o acompanhamento adequado dos casos apresentados pelos estudantes. A enorme rotatividade de professores, o escasso tempo para o diálogo e o trabalho em equipe, a fragilidade dos processos participativos e de integração escola-comunidade e a compartimentalização dos tempos e espaços escolares são fatores que prejudicam a criação de vínculos e a formulação de estratégias em rede para o enfrentamento dos desafios apresentados pelos estudantes. As escolas em si não têm como atender às múltiplas demandas que as condições de vulnerabilidade exigem, e nem devem. Apenas o trabalho em rede, em diálogo com outros agentes, é capaz de fazer face a estas condições.

Essa posição estratégica da escola gera uma responsabilidade na defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes, demandando a criação de mecanismos para que, de modo preventivo ou a partir da percepção de não cumprimento dos mesmos, atividades e projetos sejam realizados.

As 15 escolas aqui identificadas optaram por focar seus trabalhos em ações de mobilização social, ampliação e aprofundamento da relação com equipamentos locais, estabelecimento de propostas curriculares inovadoras e o desenvolvimento de processos de participação política de seus estudantes.

Em todas estas ações, tornou-se evidente que apenas o trabalho em rede, envolvendo os diversos agentes deste território, possibilita o estabelecimento de estratégias que de fato fazem diferença no desenvolvimento pleno dos estudantes.

Outra evidência apontada pela pesquisa é a de que a rede que passa a se formar nos territórios não qualifica apenas o atendimento às questões de saúde, moradia, assistência social etc, mas aprimora também o direito à educação, na medida em que é incorporada aos processos formativos dos estudantes. Ao compor um maior número de oportunidades educativas fora dos muros das escolas, essa rede propicia à escola e a seus estudantes a oportunidade de conferir maior pertinência ao conhecimento, na medida em que contextualiza sua produção e apoia a perspectiva de uma formação cidadã.

Assim, nesta grande teia formada pelas escolas, equipamentos de saúde, assistência social, cultura e esporte vão se constituindo territórios educativos, em que a educação de todos e de cada um torna-se um compromisso coletivo.

> *Este é o objetivo central da escola: possibilitar acesso aos bens científicos e culturais produzidos pela humanidade. Igualmente, é nessas práticas que conquistamos o exercício da liberdade de expressão, do acesso à informação que possibilite o usufruto dos direitos civis e políticos, dos direitos sociais e econômicos. (SCHILLING, 2004, p. 69)*

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal. 2010. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Último acesso em 02/08/2015

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.febem.sp.gov.br/files/pdf/eca.pdf. Último acesso em 02/08/2015

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. **Resolução 113 de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006

COSTA, Natacha. Educação, cidade e democracia: a agenda do bairro-escola In SINGER, Helena (Org). **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-escola**. São Paulo: Moderna, 2015, p. 11-22

FARIA, Vanessa Elsas Porfirio de. **A trajetória do projeto Cieja entre as políticas públicas de EJA na cidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-143819

GOMES, Patrícia. **Dona Eda e a escola de todo mundo**. 19/08/2013. Disponível em: http://porvir.org/porpessoas/dona-eda-escola-de-todo-mundo/20130819. Último acesso em 23/07/2015

GONÇALVES, Arlete Marinho e SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos. Alfabetização da Criança Surda: concepções e identidades. **Espaço do Currículo**, v.5, n.1, Junho a Dezembro de 2012, p.226-238

GRAVATÁ, André [et al.]. **Volta ao mundo em 13 escolas**. São Paulo: Fundação Telefônica: A. G., 2013

MOREIRA Antonio Flavio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços, **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 73, Dezembro/2000, p. 109 – 138

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **1º Prêmio Municipal Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo: relatos de experiência** / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – 1ª ed. – São Paulo: SMDHC, 2014

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Moderna, 2004

TORO, Jose Bernardo e WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF: Brasil, 1996

SITES

Associação Brasileira da Síndrome de Willians
http://swbrasil.org.br/relatos/jessica-nunes-sao-paulosp

Café Terapêutico
http://cafeterapeuticoCiejacampolimpo.zip.net

Câmara dos Deputados
www2.camara.leg.br

Centro de Referências em Educação Integral
http://educacaointegral.org.br

Cidade Escola Aprendiz
www.cidadeescolaaprendiz.org.br

EMEF Presidente Campos Salles
https://campossalles.wordpress.com

UNAS
www.unas.org.br

Foca Pinheiros
www.pinheirosfoca.blogspot.com.br

ESCOLAS PARTICIPANTES DA PUBLICAÇÃO

Cieja Aluna Jessica Nunes Herculano (Cieja Butantã)
Rua Antonio Mariani, 425
Instituto de Previdência - CEP: 05530-000
DRE: Butantã
Telefone: 11 372-25331
e-mail: ciejabutanta@prefeitura.sp.gov.br

Cieja Campo Limpo
Rua Cabo Estácio da Conceição, 176
Parque Maria Helena - CEP: 05854-060
DRE: Campo Limpo
Telefone: 5816-3701
e-mail: ciejanae5@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Anexa ao Educandário Dom Duarte
Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, 5985
Jardim Esmeralda - CEP: 05564-200
Distrito: Raposo Tavares
DRE: Butantã
Telefone: 3782-1908
e-mail: emefdduarte@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Deputado João Sussumu Hirata
Estrada do Alvarenga, 2113 -
Jardim Ofélia - CEP: 04467-000
Distrito: Pedreira
DRE: Santo Amaro
Telefone: 5611-8687
e-mail: emefjshirata@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Desembargador Amorim Lima
Rua Professor Vicente Peixoto, 50
Vila Gomes - CEP: 05587-160
Distrito: Butantã
DRE: Butantã
Telefone: 3726-1119
e-mail: emefalima@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Doutor José Dias da Silveira
Rua Roque Petrella, 1054
Vila Cordeiro - CEP: 04581-051
Distrito: Itaim Bibi
DRE: Butantã
Telefone: 5531-5005
e-mail: emefjdsilveira@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Padre Aldo da Tofori
Rua Miguel Fleta, 167
Parque Doroteia - CEP: 04474-240
Distrito: Pedreira
DRE: Santo Amaro
Telefone: 5673-3430
E-Mail: emefaldotofori@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Presidente Campos Salles
Rua Cavalheiro Frontini, 87
São João Clímaco - CEP: 04231-030
Distrito: Sacomã
DRE: Ipiranga
Telefone: 2947-6723
e-mail: emefcsalles@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professor Olavo Pezzotti
Rua Fradique Coutinho, 2200
Vila Madalena - CEP: 05416-002
Distrito: Pinheiros
DRE: Butantã
Telefone: 3032-9908
e-mail: emefopezzotti@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professora Cândida Dora Pino Pretini
Rua Cinira Polônio, 100
Conjunto Promorar Rio Claro - CEP: 08395-320
Distrito: São Rafael
DRE: São Mateus
Telefone: 2752-1004
E-mail: emefceucandidadoran@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professora Isabel Vieira Ferreira
Rua das Orquídeas, 130
Parque Primavera - CEP: 04467-245
Distrito: Pedreira
DRE: Santo Amaro
Telefone: 5612-3509
e-mail: emefivferreira@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professora Mara Cristina Tartaglia Sena
Rua Professor Artur Primavesi, Sn
Parque Bristol - CEP: 4177070
Distrito: Sacomã
DRE: Ipiranga
Telefone: 2264-8803
E-Mail: emefceumaracristina@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professora Maria Alice Borges Ghion
Rua Cachoeira Poraquê, 575
Conjunto Promorar Raposo Tavares - CEP: 05574-450
Distrito: Raposo Tavares
DRE: Butantã
Telefone: 3782-8909
e-mail: emefmabghion@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto
Rua Casa do Ator, 207
Vila Olímpia - CEP: 04546-001
Distrito: Itaim Bibi
DRE: Butantã
Telefone: 3846-4931
e-mail: emefmadbasto@prefeitura.sp.gov.br

EMEF Solano Trindade
Rua Gabriel de Carvalho, 60
Jardim Boa Vista - CEP: 05583-080
Distrito: Raposo Tavares
DRE: Butantã
Telefone: 3781-1914
e-mail:emefstrindade@prefeitura.sp.gov.br

Realização:
Associação Cidade Escola Aprendiz

Diretora:
Natacha Costa

Coordenadoras Executivas:
Agda Sardenberg e Paula Patrone

Coordenação da publicação:
Roberta Tasselli e Wendy Villalobos

Redação:
Paulo Neves

Edição:
Agda Sardenberg, Fernanda Portela, Roberta Tasselli e Wendy Villalobos

Revisão:
Izabel Marques

Projeto Gráfico e Diagramação:
Gláucia Cavalcante

Fotografia:
Guilherme Perez

Filme:
Design de Conversas

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Brasil Para ver a cópia dessa licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/ or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

REALIZAÇÃO:

APOIO: